CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Universidade Paranaense – UNIPAR
Unidade Umuarama - 1997-2025

LEONARDO HENRIQUE SAITO DIAS

HABITARE: Centro de Acolhimento e Desenvolvimento para Meninos em Vulnerabilidade Social

Umuarama
2025

LEONARDO HENRIQUE SAITO DIAS

HABITARE: Centro de Acolhimento e Desenvolvimento para Meninos em Vulnerabilidade Social

Trabalho de conclusão apresentado à Banca Examinadora do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paranaense – UNIPAR, como parte das exigências para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.
Orientador: Me. César Augusto Hoffmann

Umuarama
2025

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, **Shirley Cristiane Cintra**, RG 8.062.523-5, graduada em **Letras** pela **Universidade Paranaense (Unipar)**, portadora do diploma de nº **015041,** devidamente registrado no Ministério da Educação, declaro ter revisado o Trabalho de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Paranaense (Unipar), intitulado **"HABITARE: Centro de Acolhimento e Desenvolvimento para Meninos em Vulnerabilidade Social"** do acadêmico **LEONARDO HENRIQUE SAITO DIAS**. Declaro ainda que o presente trabalho de conclusão de curso encontra-se de acordo com as normas ortográficas e gramaticais vigentes.

Umuarama, 17 de novembro de 2025

gov.br
Documento assinado digitalmente
SHIRLEY CRISTIANE CINTRA
Data: 17/11/2025 06:18:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professora Mestra Shirley Cristiane Cintra
Professora do curso de Letras Universidade Paranaense – UNIPAR
Revisora gramatical do Instituto Flor do Lácio - IFL
Mestrado em Educação – Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira – UNIPAR
Graduada em Letras - Língua Portuguesa, Língua Inglesa com as respectivas Literaturas – Universidade Paranaense – UNIPAR.
Diploma / Registro sob o nº: 015041

LEONARDO HENRIQUE SAITO DIAS

HABITARE: Centro de Acolhimento e Desenvolvimento para Meninos em Vulnerabilidade Social

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paranaense – UNIPAR, pela seguinte banca examinadora:

_____

Banca Externa: Ana Paula Torqueti Gavioli
Arquiteta(O) e Urbanista

_____

Banca Interna: Daniele Enumo Viana Bodevan
Professor(A) pela Universidade Paranaense - UNIPAR

_____

Orientador: Me. César Augusto Hoffmann
Professor pela Universidade Paranaense - UNIPAR

Umuarama, 4 de Dezembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por todas as oportunidades que tive, por ter me concedido sabedoria, força e inspiração para enfrentar todas as dificuldades que foram impostas durante a jornada.

Agradeço aos meus pais e meu irmão, que sempre estiveram do meu lado e me apoiaram incondicionalmente nessa jornada. Agradeço também por acreditarem no meu potencial, investindo na minha jornada acadêmica.

Aos meus colegas de curso, em especial ao meu grupo de amigos, e ao meu irmão Guilherme, que além de irmão, acompanhou-me durante esses 5 anos e fez com que os momentos de apreensão fossem mais leves, tornando a caminhada acadêmica mais significativa e repleta de apoio e companheirismo.

Ao meu professor e orientador, César Augusto Hoffmann, pelo inestimável conhecimento compartilhado – que levarei comigo ao longo de toda a minha trajetória como arquiteto e urbanista – e pela acolhida generosa ao meu tema de projeto, contribuindo de maneira constante e decisiva para o seu aprimoramento.

À professora Daniele Enumo, pelo apoio, suporte e valiosas contribuições a este trabalho, além da disponibilidade em integrar a banca examinadora.

E, por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma nessa jornada durante os cinco anos de curso, muito obrigado.

RESUMO

O abandono infantil é uma realidade presente desde as civilizações antigas e, ainda hoje, representa uma séria questão social. Nesse contexto, fatores como pobreza, negligência, violência doméstica, uso de drogas e ausência de vínculos afetivos contribuem para que muitas crianças e adolescentes vivam em situação de vulnerabilidade, mesmo quando inseridos em contextos familiares. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é propor a criação de um abrigo institucional no município de Umuarama-PR, com o objetivo de oferecer acolhimento temporário, segurança, conforto e condições adequadas para o desenvolvimento integral dos menores acolhidos. A proposta baseia-se nos princípios da assistência social, priorizando a humanização dos espaços, o fortalecimento dos vínculos sociais e a reintegração familiar sempre que possível. A metodologia adotada foi dividida em duas etapas centrais: inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica e a análise de estudos de caso relacionados ao tema em discussão. Em seguida, foram analisados e contextualizados a escolha do terreno, considerando fatores como acessibilidade, infraestrutura e integração com o entorno. Como resultado, elaborou-se um anteprojeto arquitetônico voltado às necessidades do público-alvo, priorizando ambientes seguros, acolhedores e funcionais, que promovam bem-estar e inclusão social, além de respeitar o contexto urbano e social em que se insere.

Palavras-chave: Abandono infantil. Institucionalização. Acolhimento. Abrigo institucional.

ABSTRACT

Child abandonment has been a reality since ancient civilizations and, even today, represents a serious social issue. Factors such as poverty, neglect, domestic violence, drug use, and a lack of emotional bonds contribute to many children and adolescents living in vulnerable situations, even when placed within family contexts. Therefore, the main objective of this work is to propose the creation of an institutional shelter in the municipality of Umuarama, Paraná, with the goal of offering temporary shelter, safety, comfort, and adequate conditions for the full development of the children in care. The proposal is based on the principles of social assistance, prioritizing the humanization of spaces, the strengthening of social bonds, and family reintegration whenever possible. The methodology adopted was divided into two main stages: first, a literature review and analysis of case studies related to the topic under discussion were conducted; then, the choice of site was analyzed and contextualized, considering factors such as accessibility, infrastructure, and integration with the surrounding area. As a result, a preliminary architectural design was developed that addressed the needs of the target audience, prioritizing safe, welcoming, and functional environments that promote well-being and social inclusion, while respecting the urban and social context in which it operates.

Keywords: Child abandonment. Institutionalization. Shelter. Institutional shelter.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9
1.1 Justificativa..... 12
1.2 Objetivo Geral.....17
1.3 Objetivos Específicos.....17
1.4 Metodologia e Estrutura do Trabalho.....17
2 ESTUDOS DE CASO..... 18
2.1 Estudo de Caso 1: Casa de acolhimento para menores (Cebra)..... 18
2.1.1 Conceituação..... 19
2.1.2 Contextualização.....20
2.1.3 Configuração Funcional..... 22
2.1.5 Configuração Tecnológica.....27
2.2 Estudo de Caso 2: Moradias Infantis / Rosenbaum + Aleph Zero.....29
2.2.1 Conceituação..... 29
2.2.2 Contextualização.....31
2.2.3 Configuração Funcional..... 33
2.2.4 Configuração Formal.....36
2.2.5 Configuração Tecnológica.....38
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO..... 41
3.1 Análise do Terreno e do Entorno..... 43
4 ANTEPROJETO..... 51
4.1 Programa de Necessidade / Pré Dimensionamento.....51
4.2 Sistema Construtivo.....54
4.3 Intenções Projetuais..... 56
4.4 Partido Arquitetônico.....56
4.5 Setorização..... 57
4.6 Plano Massa..... 59
5 PROJETO.....61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 66

1 INTRODUÇÃO

A história do abandono infantil reflete as transformações sociais na forma de compreender a infância e o papel do cuidado. O fenômeno acompanha a humanidade desde as civilizações antigas. Em culturas como a greco-romana, crianças eram frequentemente rejeitadas por motivos econômicos, enfermidades ou ilegitimidade, o que demonstra a ausência de reconhecimento da infância como uma etapa que merecesse proteção (Tomás; Vectore, 2012).

Com o passar dos séculos, o abandono infantil deixou de ser visto apenas como um ato moralmente reprovável e passou a ser entendido como reflexo das desigualdades sociais e das fragilidades familiares. Durante a Idade Média, o problema ganhou maior visibilidade com o aumento populacional e as epidemias, levando instituições religiosas a acolherem crianças desamparadas em abrigos e casas de caridade. Essa prática, que se difundiu pela Europa, foi trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses e consolidou-se com as Rodas dos Expostos, dispositivos instalados nas Santas Casas de Misericórdia que permitiam a entrega anônima de recém-nascidos (Tomás; Vectore, 2012).

Na atualidade, o abandono infantil continua sendo um grave problema social, embora, hoje, seja compreendido sob a perspectiva dos direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, infelizmente, diversos fatores, como dificuldades econômicas, fragilidade emocional e desestruturação familiar, ainda contribuem para o rompimento dos vínculos afetivos e a exposição de crianças a situações de vulnerabilidade. Desse modo, mesmo atendidas, aquelas que vivem em instituições de acolhimento enfrentam perdas significativas e carregam marcas emocionais que podem comprometer seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. Desse modo, essa realidade reforça a importância de políticas públicas eficazes e de espaços de acolhimento capazes de oferecer cuidado, segurança e afeto, com a finalidade de promover um ambiente que favoreça o desenvolvimento integral e a reconstrução de vínculos (Macedo; Vargas; Espíndula, 2021).

Nesse viés, cabe pontuar que os principais motivos que levam meninos a se encontrarem em situação de rua, muitas vezes em decorrência do abandono familiar, estão relacionados à pobreza, abusos infantis, negligência e violência doméstica. Além disso, fatores como a falta de estrutura familiar, a escassez de recursos financeiros, o contato precoce com drogas e a carência afetiva contribuem significativamente para essa realidade (Fonseca *et al*., 2013). Dessa forma, grande parte desses meninos acolhidos por instituições

geralmente trazem trajetórias caracterizadas por privações e lares desestruturados, o que afeta diretamente em seu equilíbrio emocional e comportamental.

Ademais, o afastamento da família, seja por motivos estruturais, emocionais ou circunstanciais, aliado às experiências de violência – física, psicológica ou simbólica – pode exercer um impacto profundo e duradouro sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo de crianças e adolescentes. Prova disso, é que tais vivências tendem a fragilizar os vínculos afetivos, prejudicar a construção da autoestima e comprometer a capacidade de estabelecer relações interpessoais saudáveis. No âmbito escolar, por exemplo, essas marcas emocionais frequentemente se traduzem em dificuldades de aprendizagem, desmotivação, baixo rendimento e evasão. Por fim, o acúmulo de experiências traumáticas pode desencadear quadros depressivos, transtornos de ansiedade e sentimentos persistentes de desamparo, tornando ainda mais desafiador o processo de socialização e de construção de um projeto de vida saudável e autônomo (Calcing; Benetti, 2014).

Esses fatores, quando combinados, fazem com que as crianças, embora estejam sob um teto, não se sintam verdadeiramente em um lar. Isso ocorre, pois elas se sentem ameaçadas, expostas a situações de risco e privadas de uma convivência familiar saudável. Dessa forma, o espaço protetivo, em muitos casos, torna-se uma medida necessária para garantir proteção, cuidado e um ambiente minimamente seguro para o seu desenvolvimento (Macedo; Vargas; Espíndula, 2021).

Em face dessa conjuntura, os serviços de assistência social têm uma papel fundamental na proteção e reconstrução da vida dessas crianças em situação de vulnerabilidade. Por meio do SUAS, o CRAS e o CREAS desenvolvem ações de prevenção e atendimento a casos de negligência e violência, promovendo apoio psicossocial e fortalecimento de vínculos familiares. Dessa maneira, quando o retorno à família não é possível, o acolhimento institucional é adotado como medida excepcional, com atuação de equipes interdisciplinares voltadas ao cuidado e à reconstrução afetiva (Brasil, 2009).

Ante o exposto, fica evidente que as instituições de acolhimento devem ir além da função de abrigo e oferecer um contexto que proporcione pertencimento e vínculos afetivos, com o fito de minimizar os impactos da separação familiar. Para tanto, um ambiente adequado é parte essencial desse processo, pois é nele que a criança encontrará as condições para reconstruir sua rotina, sua confiança e seu senso de segurança. Por isso, espaços bem estruturados, iluminados e organizados não apenas abrigam, mas educam e reparam, estimulando a curiosidade, fortalecendo a autoestima e favorecendo as relações interpessoais, o que contribui para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças (Neca, 2015).

Por outro lado, locais inadequados, com pouca ventilação, iluminação insuficiente, superlotação ou ausência de espaços de convivência e lazer, tendem a gerar impactos nocivos no comportamento e na saúde emocional das crianças. Como exemplo, lugares frios e sem acolhimento acabam gerando ansiedade, insegurança e tristeza, prejudicando a autoestima, a socialização e até o desenvolvimento cognitivo (Cavalcante, 2009).

Portanto, urge-se que os espaços destinados ao acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade reúnam atributos que favoreçam segurança, pertencimento e desenvolvimento. Ademais, segundo Savi (2008), diversos estudos de arquitetura social salientam que é fundamental garantir conforto lumínico, térmico e acústico, a avaliação do espaço deve considerar orientação solar, dimensão e transparência das aberturas, isolamento térmico e acústico e possibilidade de controle da ventilação natural. Para o autor, também deve haver ventilação natural suficiente, mobiliário adequado à estatura das crianças e áreas de convivência e de privacidade. Por fim, a escala humana do projeto, a circulação acessível e a integração com espaços externos são essenciais para que os pequenos percebam o ambiente como um lar.

Diante desses casos, fica visível como a arquitetura pode exercer um papel profundamente humano na construção das relações dentro de um abrigo. Isso ocorre, pois, mais do que definir formas e materiais, ela pode criar ambientes capazes de acolher, curar e despertar afetos. Como evidência desse fato, estudos de psicologia ambiental demonstram que espaços caracterizados por cores suaves, pelo contato com a natureza e pela presença de áreas lúdicas favorecem a autonomia e reforçam o sentimento de pertencimento das crianças e estimulam também seu desenvolvimento cognitivo e emocional (Moura, 2021).

Nesse contexto, o abrigo institucional é uma medida necessária quando a família não consegue garantir o cuidado e a proteção da criança, ou quando o Estado falha em assegurar seus direitos. Desse modo, previsto nas normativas nacionais e internacionais, o acolhimento tem como objetivo oferecer proteção temporária e um ambiente seguro e afetivo, que favoreça o desenvolvimento integral e a reconstrução emocional diante da ruptura familiar (Janczura, 2008).

À luz desse debate, o município de Umuarama exerce um papel importante como polo regional de serviços, atendendo cidades vizinhas nas áreas de saúde, educação e assistência social. Todavia, as instituições de acolhimento do município funcionam, em sua maioria, de forma mista, o que dificulta um cuidado realmente atento às particularidades de gênero, especialmente no caso dos meninos, que figuram entre os grupos mais expostos a situações de vulnerabilidade e abandono.

Diante dessa realidade, a criação de um abrigo voltado exclusivamente a meninos de até 11 anos surge como uma resposta necessária, permitindo um atendimento mais sensível às suas necessidades específicas e garantindo proteção integral e condições para um desenvolvimento seguro e saudável, em consonância com as diretrizes do ECA (1990) e do SUAS.

1.1 Justificativa

A família pode ser considerada a primeira instituição responsável pela socialização e pelo desenvolvimento do ser humano. Isso se deve ao fato de que as primeiras experiências de vida ocorrem, em sua maioria, nesse ambiente. Dessa forma, esse núcleo exerce papel fundamental no desenvolvimento tanto de funções cognitivas quanto não cognitivas da criança.

Como exemplo, indivíduos que crescem em um seio familiar saudável tendem a apresentar maior desenvolvimento de suas capacidades. Como postula Ferreira (2011), ressalta-se que o desenvolvimento humano é um processo cumulativo, ou seja, a ausência de estímulos adequados em determinadas fases pode comprometer o progresso em etapas posteriores.

Logo, como proposto por Polleto (2007), a infância é uma fase da vida marcada por grande vulnerabilidade, na qual as crianças necessitam de cuidados familiares, do direito ao brincar e da construção de relações sociais. Esses elementos, segundo o autor, são fundamentais para seu pleno desenvolvimento. Desse modo, quando há ausência ou desorganização desses fatores, aumentam-se os riscos de prejuízos físicos, sociais e emocionais ao longo da vida.

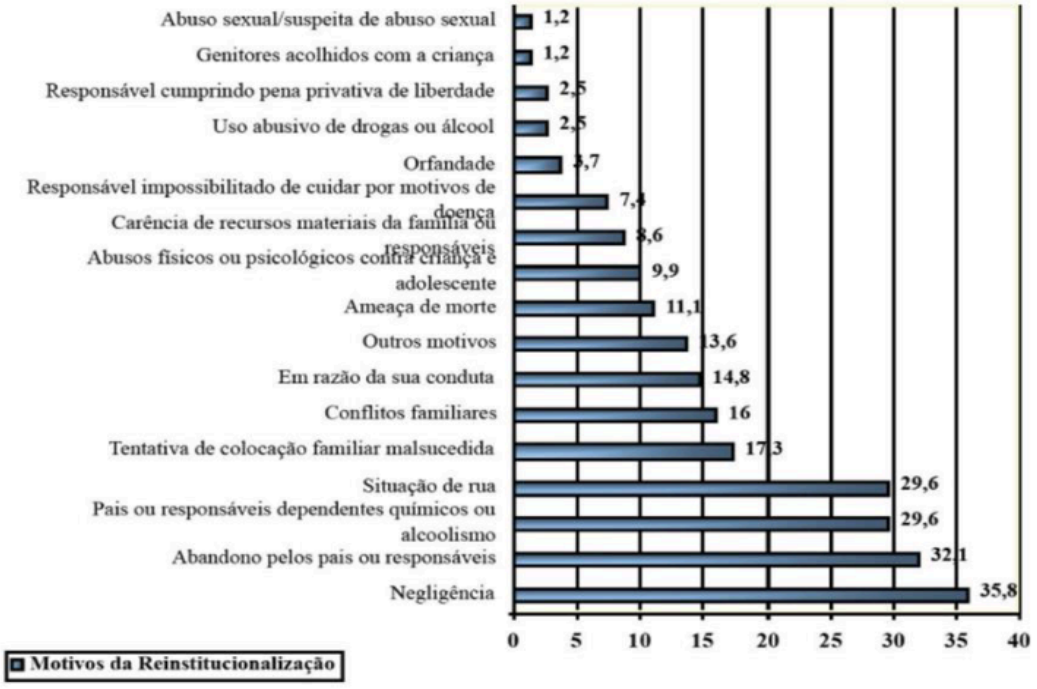
No Brasil, as principais causas de vulnerabilidade que afetam crianças e adolescentes estão relacionadas, em grande parte, ao alcoolismo e aos conflitos familiares. Essas situações expõem os menores à condição de testemunhas de agressões e diversas formas de violência. Além disso, muitas dessas crianças vivem em condições precárias de moradia, com ausência de estrutura básica para a sobrevivência. Também estão sujeitas a outros riscos, como o trabalho infantil e, em casos mais graves, à exploração sexual (Fonseca., *et al*, 2013).

Como mostra o gráfico 1, esses são os principais motivos pelos quais crianças e adolescentes são afastados do convívio familiar. De acordo com a pesquisa, (35,8%), dos casos se referem a atos de negligência, (32,1%) ao abandono por parte dos pais ou responsáveis, e (29,6%) à situação de rua, alcoolismo ou dependência química. Outros fatores

apontados incluem conflitos familiares (16%), abusos físicos ou psicológicos (9,9%) e a carência de recursos materiais por parte da família ou responsável (8,6%) (Macedo; Vargas; Espíndula, 2021).

O gráfico 1, a seguir, apresenta as principais causas mencionadas e outras, que lamentavelmente, corroboram o cenário de vulnerabilidade presente no país.

Gráfico 1: Motivos alegados para a institucionalização de acordo com a guia de acolhimento.



Fonte: Macedo; Vargas; Espíndula (2021).

Sendo assim, crianças que tiveram essa fase da vida comprometida pela ausência dos pais e foram afastadas de suas famílias passam por um processo baseado em um diagnóstico legal, realizado por uma equipe multidisciplinar qualificada para essas questões. Esse diagnóstico avalia se a criança pode permanecer com a família ou se deve ser encaminhada para acolhimento institucional. Nesse viés, cabe deixar claro que, mesmo após a decisão de afastamento, a família permanece sob acompanhamento, com o objetivo de avaliar a possibilidade de reintegração da criança por meio de Programas de Apoio Familiar (Brasil, 2009).

Já as crianças que não conseguem retornar ao convívio familiar são acolhidas em abrigos, os quais podem se tornar uma (ou a única) alternativa significativa e possível para o seu desenvolvimento. Nessas instituições, são garantidas condições dignas de vida, com a

promoção do cuidado, do respeito e do fortalecimento de suas habilidades e competências individuais (Cavalcante; Magalhães; Pontes, 2007).

Em conformidade com Savi (2018), as crianças e os adolescentes permanecem na instituição por tempo indeterminado, conforme o andamento do processo judicial, que poderá decidir pelo retorno à família de origem ou pela adoção. Por isso, os abrigos devem garantir aos acolhidos, o direito à alimentação, moradia, acesso à educação e ao lazer.

Sobre essa visão, Arpini (2003) argumenta que a instituição, ainda que temporariamente, pode se apresentar como a melhor alternativa para muitas crianças e adolescentes, uma vez que o abrigo, muitas vezes, é o único caminho para superar os estereótipos trágicos de sua história. A autora ainda enfatiza a necessidade de um projetar mais humano dessas instituições, capaz de contribuir para o desenvolvimento individual, oferecer conforto e segurança e possibilitar que os acolhidos sintam-se pertencentes ao espaço, amenizando a transformação abrupta em sua realidade e oferecendo-lhes um lugar onde possam se sentir em casa.

Na mesma perspectiva de Medeiros (2015), por sua vez, para que seja possível alcançar um nível satisfatório de qualidade ambiental, é necessário favorecer o desenvolvimento infantil por meio de amplos espaços internos e externos e de diversos materiais que estimulem a motricidade e o relaxamento, valorizando ambientes que promovam o crescimento nas diferentes fases da infância e incentivem o convívio mútuo.

Quanto ao contexto nacional sobre essa realidade, cabe enfatizar que, no Brasil, conforme levantamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA, 2020), mais de 30 mil crianças e adolescentes encontram-se acolhidos em aproximadamente 4.500 unidades distribuídas por todo o país.

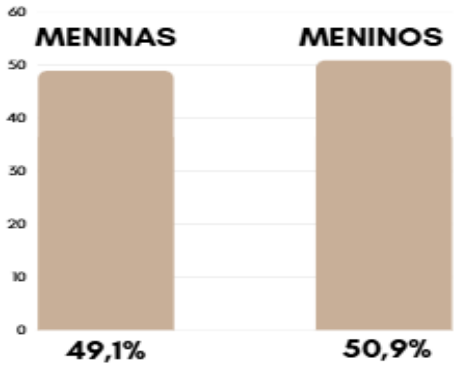
De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público do Paraná, há cerca de 2.887 crianças e adolescentes em acolhimento institucional, entre abrigos e casas-lares. O estado conta ainda com 511 serviços de acolhimento cadastrados, sendo o líder nacional em número de unidades voltadas ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade (CNJ, 2024).

Em âmbito municipal, segundo informações obtidas em entrevista com a assistente social Fabricia Ruzzon Marchi de Oliveira, o município de Umuarama registrou 59 casos de acolhimento de crianças e adolescentes nos últimos dois anos, sendo 28 casos em 2024 e 31 casos no ano de 2025. Logo, observa-se que cerca de 70% desses casos estão relacionados à negligência familiar, enquanto o restante envolve outros tipos de violência.

Por conseguinte, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), os meninos representam a maioria dos acolhidos (50,9%), o que demonstra uma predominância masculina nas unidades de acolhimento institucional. Esse resultado evidencia um padrão social em que esse público está mais expostos a contextos de vulnerabilidade, seja por maiores índices de mortalidade, envolvimento em situações de risco, dificuldades de socialização e adaptação ao ambiente familiar e escolar, fatores que contribuem para o aumento de sua presença nas instituições de acolhimento. Assim, a predominância masculina entre os acolhidos reforça a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento integral dos meninos em situação de vulnerabilidade social (IBGE, 2018).

O gráfico 2, a seguir, apresenta essa proporção:

Gráfico 2: Representação do número de crianças acolhidas no país por gênero.



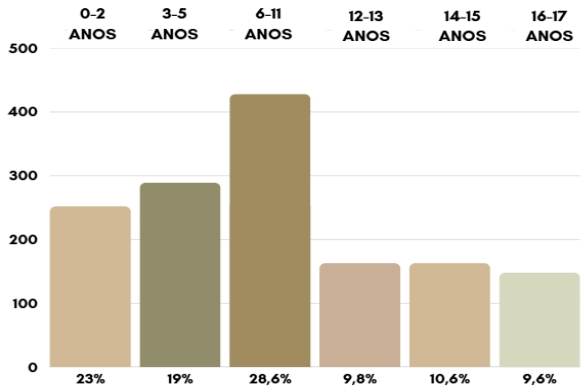
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. Modificado pelo autor, 2025.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná (2017), observa-se que a maioria das crianças acolhidas em instituições de proteção social pertence à fase da infância, em detrimento da adolescência. Essa constatação revela uma tendência significativa no perfil etário dos acolhidos, indicando que os menores em idade são os que mais demandam atenção e cuidado por parte das políticas públicas. O grupo etário de 6 a 11 anos representa a faixa com o maior número de crianças acolhidas, evidenciando uma vulnerabilidade acentuada nessa etapa do desenvolvimento. Em seguida, aparecem as crianças de 3 a 5 anos, que também apresentam índices elevados de acolhimento, reforçando a ideia de que a primeira infância é um período crítico para a garantia de direitos e proteção integral. Já os adolescentes entre 12 e 13 anos ocupam a terceira posição em número de acolhidos, o que, embora significativo, confirma que o acolhimento institucional é mais

frequentemente direcionado às crianças mais novas. Esses dados apontam para a necessidade de ações específicas voltadas à prevenção de situações de risco na infância, bem como ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que possam evitar a institucionalização precoce.

Já, em nível nacional, o levantamento sobre os Serviços de Acolhimento demonstra que a presença infantil é predominante nas instituições, enquanto o número de adolescentes é proporcionalmente menor (Bernardi, 2020). Segundo dados do Censo SUAS (2019), entre os acolhidos, (28,6%) são crianças de 6 a 11 anos, (23%) possuem entre 0 e 2 anos, e (19%) têm de 3 a 5 anos. Já na adolescência, (10,6%) têm de 14 a 15 anos, (9,8%) possuem de 12 a 13 anos, e (9,6%) estão entre os 16 e 17 anos. Dessa forma, observa-se que 70,6% dos acolhidos estão na infância, enquanto 30% encontram-se na adolescência.

Gráfico 3: Representação do número de crianças acolhidas no país por faixa-etária.



Fonte: Pesquisa NECA/MNPCFC/FICE BRASIL, 2020. Modificado pelo Autor, 2025.

Esses dados reforçam que a demanda por acolhimento recai, principalmente, sobre a infância, evidenciando a importância de criar espaços pensados para atender às necessidades físicas, emocionais e cognitivas de crianças de até 11 anos (Bernardi, 2020).

Por conseguinte, de acordo com dados do Censo SUAS (2024), o município de Umuarama possui apenas uma unidade executora do serviço Família Acolhedora. Quando comparado ao cenário estadual, em que 139 municípios somam 142 unidades executoras. Desse modo, fica evidente que a oferta local é bastante limitada diante da demanda potencial, representando apenas 0,7% do total de unidades presentes no Paraná. Além desse serviço, o município conta com iniciativas como a Associação Assistencial Casa da Paz, a Assistência Social Lar Betel e o Centro de Apoio e Integração Social Bem Viver, que desenvolvem ações voltadas ao cuidado e apoio social.

Portanto, este trabalho se justifica uma vez que o município de Umuarama conta apenas com uma unidade de Família Acolhedora e dispõe somente do Centro de Acolhimento Infantil Menino Deus, como serviço institucional. Sendo assim, torna-se evidente a necessidade de ampliar essa rede. Nesse sentido, a criação de um centro de acolhimento e desenvolvimento voltado exclusivamente a meninos de até 11 anos, como proposto por esta pesquisa, configura-se como uma resposta sensível à realidade local, contribuindo para o fortalecimento da proteção social e prevenindo a superlotação dos serviços existentes.

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é elaborar um anteprojeto arquitetônico de um espaço institucional como forma de abrigo e acolhimento para a cidade de Umuarama, que atenda às necessidades individuais dos abrigados por meio de espaços que estimulem o trabalho em equipe, a boa convivência, a integração e que contribuam para o desenvolvimento cognitivo dos acolhidos, promovendo a melhoria da sua qualidade de vida.

1.3 Objetivos Específicos

- Propor espaços acolhedores que transmitam segurança e pertencimento, de forma que a criança não se sinta sozinha;
- Incentivar o trabalho em equipe e o desenvolvimento cognitivo dos acolhidos por meio de um projeto arquitetônico que favoreça a interação e o aprendizado;
- Humanizar os espaços por meio da arquitetura, a fim de melhorar o desenvolvimento psíquico motor das crianças e adolescentes;
- Projetar espaços integrados e dinâmicos que favoreçam a interação positiva entre as crianças, os cuidadores e os demais profissionais.

1.4 Metodologia e Estrutura do Trabalho

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada, em um primeiro momento, uma revisão bibliográfica com o intuito de estabelecer uma base teórica consistente sobre o

acolhimento institucional infantil. Essa etapa permitiu o aprofundamento conceitual e a compreensão das demandas específicas que envolvem esse tipo de edificação.

Em seguida, a análise das obras consultadas possibilitou identificar as principais soluções projetuais adotadas em diferentes contextos socioculturais, considerando aspectos como a organização espacial, a relação com o entorno urbano, a escolha de materiais, as estratégias de conforto ambiental e o impacto social gerado pelas intervenções arquitetônicas.

2 ESTUDOS DE CASO

Este capítulo tem como objetivo analisar duas obras com temáticas semelhantes, considerando as especificidades e os condicionantes de cada local. A proposta é examinar as soluções arquitetônicas adotadas nesses projetos, de modo que essas referências possam enriquecer e embasar o desenvolvimento deste trabalho.

Dessa forma, foram selecionadas duas obras para a análise, sendo uma internacional: Casa de Acolhimento para Menores, projetada pelo escritório CEBRA, localizada em Kerteminde, Dinamarca, e uma nacional: Moradias Infantis, desenvolvidas pelos escritórios Rosenbaum® e Aleph Zero, localizada em Formoso do Araguaia, Brasil.

A escolha dessas obras busca contribuir para a compreensão de diferentes abordagens na criação de espaços voltados ao acolhimento infantil, levando em conta as soluções arquitetônicas pensadas para contextos culturais e geográficos distintos.

2.1 Estudo de Caso 1: Casa de acolhimento para menores (Cebra)

A Casa de acolhimento para menores (Cebra) representa uma proposta inovadora para centros de atenção integral a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Com um projeto que combina o ambiente seguro da moradia tradicional a novas concepções pedagógicas, a arquitetura visa criar um espaço sensível às necessidades emocionais, sociais e cotidianas dos residentes.

Para tanto, a edificação – revestida com azulejos e madeira – adota formas arquitetônicas familiares, capazes de suscitar conforto, segurança e senso de pertencimento. Esse cuidado na materialidade e na composição espacial não apenas contribui para a criação de uma atmosfera mais acolhedora para as crianças, como também oferece suporte efetivo ao trabalho dos profissionais responsáveis pelo cuidado cotidiano, especialmente no atendimento

àquelas que vivenciam situações de vulnerabilidade social e desafios relacionados à saúde mental (ArchDaily, 2015).

2.1.1 Conceituação

O projeto da Children's Home of The Future tem como premissa fundamental a criação de um ambiente verdadeiramente acolhedor, pautado pelo equilíbrio entre o fortalecimento dos vínculos comunitários e a atenção cuidadosa às necessidades particulares de cada criança. Pretende-se, assim, que o espaço seja percebido não como uma instituição impessoal, mas como um lar capaz de promover segurança, pertencimento e estabilidade emocional. Nesse sentido, a arquitetura do abrigo foi concebida para evocarem familiaridade e conforto, valendo-se de uma estética deliberadamente caseira, que incorpora elementos característicos das moradias tradicionais — como a setorização clara dos ambientes, o uso de materiais quentes e a escala doméstica dos espaços. Tais escolhas projetuais visam reforçar a sensação de intimidade e acolhimento, aproximando o cotidiano das crianças de uma experiência residencial autêntica, na qual possam construir memórias afetivas e desenvolver um senso de identidade e autonomia (Domusweb, 2014).

Figura 2: Fachada Principal da Casa de Acolhimento para Menores



Fonte: Archdaily, 2015.

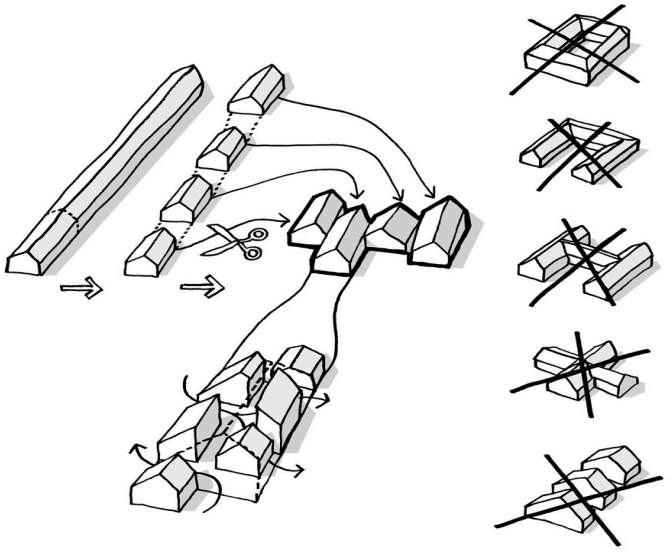
Tabela 1: Ficha Técnica

FICHA TÉCNICA	
Nome da Obra	Casa de Acolhimento para Menores
Autor do Projeto	CEBRA
Localização	Keterminde, Dinamarca
Ano do Projeto	2014
Área do Projeto	1500 m²

Fonte: Archdaily, 2015. Modificado pelo autor, 2025.

Conforme ilustrado no diagrama da Figura 03, o partido arquitetônico inicial fundamenta-se na fragmentação da edificação em blocos distintos, cuidadosamente distribuídos no terreno de modo a otimizar os fluxos internos e externos e, simultaneamente, favorecer a convivência entre os residentes. Essa estratégia projetual busca reproduzir a atmosfera de um pequeno conjunto de moradias, reforçando a noção de múltiplas “casas” interligadas, cada uma com identidade própria, mas integradas por uma lógica espacial comum que promove acolhimento, pertencimento e autonomia (Domusweb, 2014).

Figura 3: Diagrama de implantação



Fonte: Archdaily, 2015. Modificado pelo autor, 2025.

2.1.2 Contextualização

Localizada na cidade costeira de Kerteminde, na Dinamarca, que possui aproximadamente 6.000 habitantes, a Casa de Acolhimento para Menores é uma instituição

voltada ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Desenvolvido pelo escritório dinamarquês Cebra, o edifício funciona 24 horas por dia e dispõe de ambientes pedagógicos, recreativos e acolhedores, com o objetivo de fortalecer os laços sociais e o sentimento de pertencimento dessas crianças fragilizadas (Archdaily, 2015).

Segundo dados do Climate Data (2022), a cidade de Kerteminde, situada no hemisfério norte, apresenta um clima quente e temperado, classificado como Cfb de acordo com a tipologia climática de Köppen-Geiger. Essa classificação indica verões suaves, invernos moderados e uma distribuição relativamente uniforme das precipitações ao longo do ano. A temperatura média anual gira em torno de 9,4 °C, enquanto a pluviosidade média alcança 728 mm, evidenciando um regime hídrico equilibrado que contribui para a estabilidade térmica do ambiente construído.

Diante dessas condições climáticas, foi possível optar por uma diversidade de materiais e implementar estratégias arquitetônicas sustentáveis, como sistemas passivos de ventilação, isolamento térmico eficiente e aproveitamento da luz natural. Tais escolhas resultaram em espaços confortáveis, energeticamente eficientes e adaptados às variações sazonais, promovendo qualidade ambiental e bem-estar aos usuários durante todo o ano.

Figura 4: Localização da cidade de Kerteminde, Dinamarca

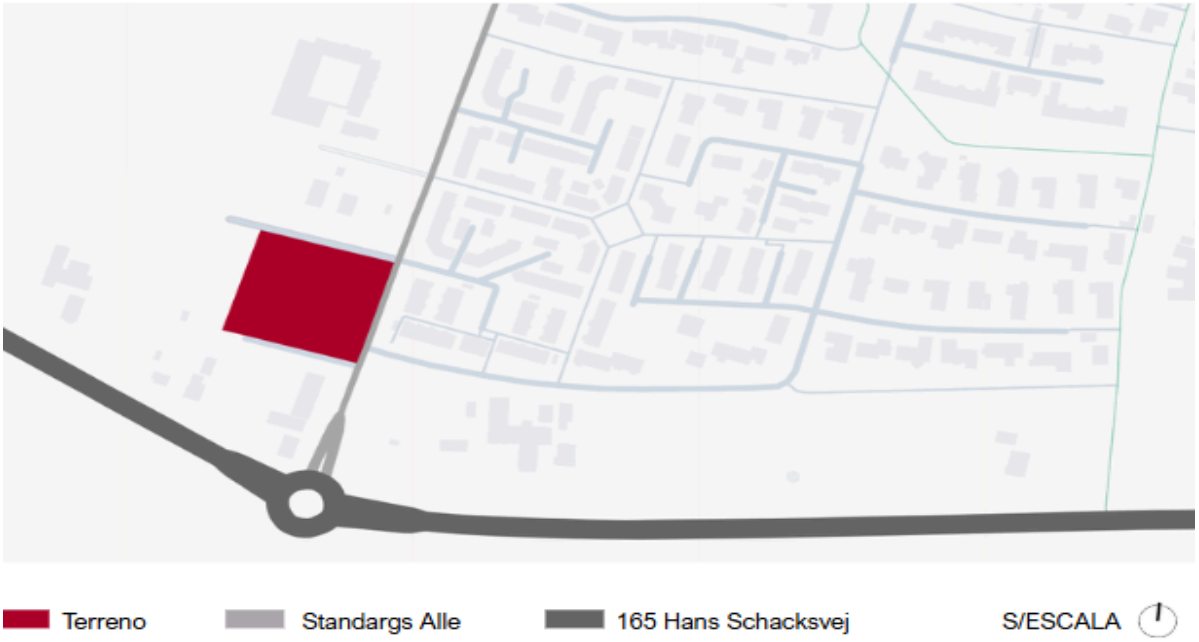


Fonte: Wikipédia, 2020. Modificado pelo autor, 2025.

O terreno escolhido para a implantação está localizado próximo à rodovia BR-165 (Figura 4), o que garante fácil acesso à instituição, que é uma característica essencial para a tipologia da edificação. Inserido em um contexto urbano predominantemente residencial, o

entorno do edifício conta com diversos equipamentos públicos e de apoio à comunidade, como creche, escola, supermercado e centro de saúde (Archdaily, 2015). O edifício possui dois acessos: o principal, voltado para a Rua Strandgards Alle, e o secundário, que reforça a conexão com a via e facilita a logística dos serviços.

Figura 5: Localização da Casa de Acolhimento para Menores, DK



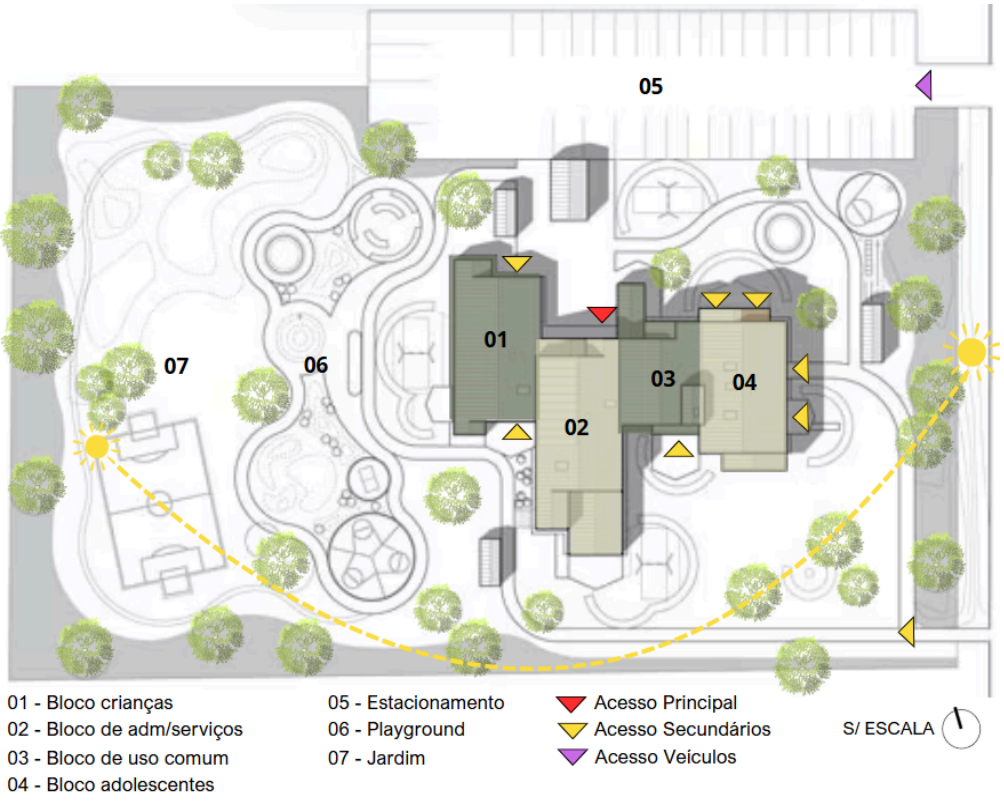
Fonte: Google Maps. Modificado pelo autor, 2025.

2.1.3 Configuração Funcional

Como mostra a Figura 6, o abrigo é setorizado em quatro blocos interligados, organizados de acordo com a faixa etária dos residentes. Observa-se que o bloco destinado a crianças (1) é recuado em relação à rua e voltado para o jardim, onde tem acesso direto ao playground. Já a unidade central conta com as áreas administrativas e de serviços (2), com o acesso principal voltado para o estacionamento, o que facilita o controle das pessoas que estão entrando e saindo do espaço.

Também fazem parte dessas unidades os ambientes de uso comum (3), destinados a todos os acolhidos. Por fim, o bloco dos adolescentes (4) é orientado para a rua, já que os mais velhos são incentivados a utilizar os recursos da cidade, mantendo atividades sociais de acordo com sua faixa etária.

Figura 6: Esquema de implantação do abrigo



Fonte: Domusweb, 2014. Modificado pelo autor, 2025.

Na análise do pavimento térreo (Figura 7), é evidenciada a clara setorização dos ambientes entre as diferentes áreas. A ala infantil (1) é composta por suítes individuais equipadas com cama e mesa de estudos, permitindo que cada criança personalize seu espaço. Essa ala ainda conta com refeitório, sala de estar, sala multiuso e uma área para lavanderia.

Nas proximidades, ficam localizados os ambientes destinados aos profissionais do abrigo (2), projetados para otimizar o desempenho das atividades cotidianas. Esse setor inclui quatro suítes individuais, refeitório e lavanderia. Nas proximidades da entrada principal, estão distribuídas as áreas administrativas e de serviços, além de salas multiuso (3), voltadas ao suporte institucional.

No setor central, situam-se os espaços de uso comum (4), destinados à convivência e ao estudo. Por fim, a ala juvenil (5) apresenta uma configuração diferenciada, pois, além de salas multiuso e lavanderia, abriga apartamentos completos, compostos por dois quartos, sala de estar e jantar, cozinha e banheiro. Essa disposição do ambiente, visa estimular a autonomia dos jovens em processo de transição para a vida adulta.

Figura 7: Planta baixa pavimento térreo



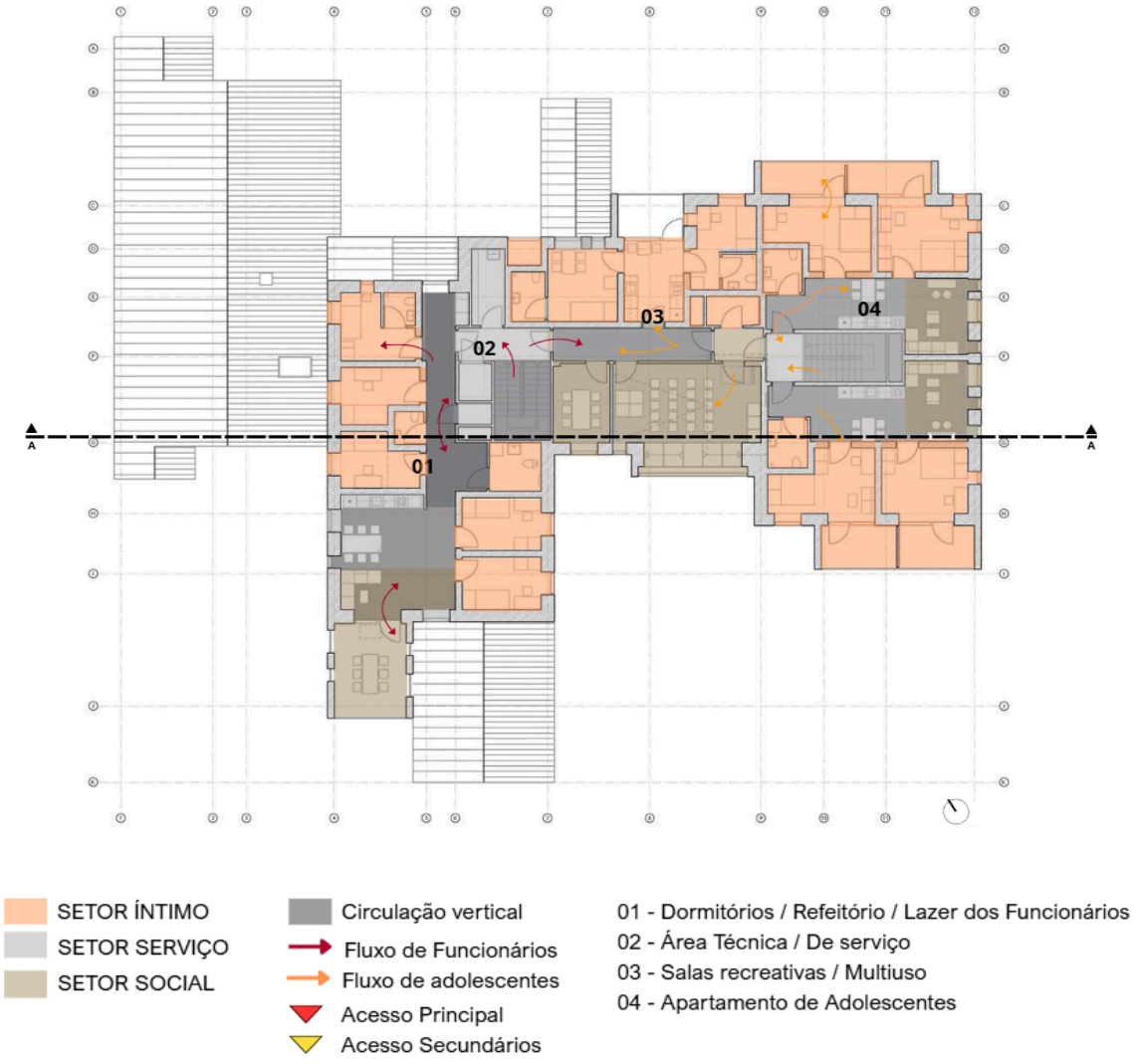
Fonte: Domusweb, 2014. Modificado pelo autor, 2025.

No pavimento superior (Figura 8), concentram-se as funções institucionais, que incluem os setores administrativos, dormitórios e áreas de apoio destinadas aos profissionais do complexo (1), permitindo-lhes uma visão ampliada da rotina cotidiana dos residentes.

Esse setor é composto por dormitórios individuais, banheiros, refeitórios e salas para lazer ou reuniões. Também estão presentes uma área técnica e/ou de serviços (2) e uma unidade conectora (3), que abriga espaços recreativos e salas multiuso voltadas ao uso dos acolhidos.

Além disso, encontram-se dois apartamentos adicionais destinados a adolescentes (4), cada um composto por dois quartos com cama de casal e sacada, banheiro, sala de estar/jantar e cozinha, que são voltados aos usuários de maior idade. Essa organização espacial favorece a proximidade entre profissionais e residentes.

Figura 08: Planta baixa primeiro pavimento



Fonte: Domusweb, 2014. Modificado pelo autor, 2025.

Por conseguinte, encontram-se dois apartamentos adicionais destinados a adolescentes (4), cada um composto por dois quartos com cama de casal e sacada, banheiro, sala de estar/jantar e cozinha, que são voltados aos usuários de maior idade. Essa organização espacial favorece a proximidade entre profissionais e residentes.

2.1.4 Configuração Formal

A volumetria inicial do edifício baseia-se na junção de quatro unidades residenciais interligadas, que se desconstroem gradualmente, diferenciando-se da tipologia tradicional ao formar um conjunto compacto de volumes distintos. Dessa forma, a escala da construção é

reduzida e ganha autonomia, com diferentes unidades criadas para os diferentes grupos de residentes.

Dessa forma, cada unidade é destinada a um grupo de faixa etária específica, para oferecer espaços flexíveis e reforçar o sentimento de pertencimento dos residentes (Archdaily, 2015).

Figura 9: Análise da volumetria, fachada frontal



Fonte: Archdaily, 2015. Modificado pelo autor, 2025.

O desenho do lar foi inspirado nas linhas e em formas simplificadas das casas dinamarquesas, baseando-se no formato tradicional da “casinha”, com telhado composto por duas águas e sótão, onde resulta em uma aparência familiar, para criar uma aparência exterior reconhecível.

Na obra, os espaços cheios são representados pelos volumes edificados que abrigam os dormitórios, as áreas comuns e os setores administrativos. Esses blocos são claramente definidos e fazem referência à tipologia da casa tradicional, contribuindo para a criação de um ambiente acolhedor que transmite segurança e pertencimento às crianças.

Em seguida, os espaços vazios, configurados por pátios internos e circulações abertas, atuam como áreas de transição e convivência, favorecendo a integração social, o contato com a natureza e a autonomia dos usuários (Archdaily, 2015).

Figura 10: Análise da forma e da fachada posterior



Fonte: Archdaily, 2015. Modificado pelo autor 2025.

O equilíbrio entre os volumes construídos e espaços abertos favorecem a integração com a vizinhança, criando uma atmosfera acolhedora e segura para os residentes (Cebra, 2014).

2.1.5 Configuração Tecnológica

É importante salientar que a seleção de materiais naturais desempenhou papel decisivo na criação de um ambiente acolhedor e sensorialmente aconchegante para os usuários. Nesse sentido, o exterior da edificação recebeu revestimentos em vidro e madeira, conferindo leveza visual e integração com o entorno. No interior, a adoção de pisos em madeira e de forros compostos por painéis acústicos contribuiu para aprimorar o conforto térmico e sonoro, qualificando a ambiência. A conjugação desses elementos resultou em um espaço esteticamente harmonioso, capaz de promover sensação de pertencimento e bem-estar em todo o complexo (ArchDaily, 2015).

Figura 11: Materiais dos ambientes internos e externos



Fonte: Cebra, 2014. Modificado pelo autor, 2025.

A combinação de madeira, azulejo e vidro que revestem a fachada do edifício, reforçam a identidade acolhedora e funcional do projeto, onde os materiais foram utilizados de maneira estratégica, para garantir um ambiente moderno, acolhedor e adequado para atender as necessidades dos residentes (Archdaily, 2015).

Figura 12: Materiais utilizados na fachada da obra



Fonte: Divisare, 2016. Modificado pelo autor, 2025.

Como mostra a Figura 13, o edifício possui múltiplos volumes que se assemelham à configuração de uma imagem infantil de casa. Isso se repete várias vezes em diversos blocos, criando um dinamismo maior, porém mantendo a coerência da casa como um todo.

Figura 13: Corte AA - setorizado por setores



Fonte: Divisare, 2016. Modificado pelo autor, 2025.

2.2 Estudo de Caso 2: Moradias Infantis / Rosenbaum + Aleph Zero

O projeto Moradias Infantis, desenvolvido pelos escritórios Aleph Zero e Rosenbaum, propõe uma nova abordagem para o espaço habitacional de estudantes em regime de internato, no contexto da escola rural de Canuanã.

Atendendo cerca de 842 alunos, a proposta requalificou os alojamentos existentes em duas vilas – uma masculina e outra feminina – com capacidade para 270 estudantes cada. Inserido em uma região remota, entre terras indígenas e de difícil acesso, o projeto articula técnicas vernaculares e tecnologias construtivas contemporâneas, com estruturas pré-fabricadas em madeira laminada transportadas de São Paulo (Archdaily, 2020).

2.2.1 Conceituação

O projeto Moradias Infantis tem como base essencial a criação de um espaço que fortaleça os laços entre crianças e jovens, assumindo características de um lar e se aproximando do modelo cultural e familiar dos acolhidos. O objetivo do projeto é permitir que os residentes reconheçam o ambiente como um verdadeiro lar, estimulando o sentimento de pertencimento.

Diante disso, a arquitetura do abrigo foi concebida com o propósito de oferecer um ambiente profundamente humanizado, capaz de superar a compreensão tradicional da escola como espaço exclusivamente dedicado ao aprendizado formal. A proposta busca ressignificar esse ambiente, transformando-o em um território dotado de qualidades afetivas e simbólicas

próprias de um lar, no qual as crianças possam experimentar segurança, acolhimento e pertencimento (Galeria da Arquitetura, 2018).

Figura 14: Fachada Moradias Infantis / Rosenbaum + Aleph Zero.



Fonte: Archdaily, 2020.

Tabela 2: Ficha Técnica

FICHA TÉCNICA	
Nome da Obra	Moradias Infantis - Fundação Bradesco
Autores do Projeto	Aleph Zero e Marcelo Rosenbaum
Localização	Formoso do Araguaia - Tocantins, Brasil
Ano do Projeto	2015 á 2017
Área do Projeto	23344 m²

Fonte: Archdaily, 2020. Modificado pelo autor, 2025.

O partido arquitetônico das Moradias Infantis de Canuanã foi definido a partir da intenção de criar um ambiente que proporcionasse acolhimento, pertencimento e conexão com a natureza, respeitando os valores culturais da região e o cotidiano dos usuários, crianças e adolescentes indígenas e ribeirinhos que vivem em regime de internato no colégio da Fundação Bradesco, em Formoso do Araguaia-TO (Archdaily, 2020).

O principal fator que contribuiu para que o projeto se tornasse um exemplo a ser seguido foi o fato de ter sido desenvolvido em conjunto com os futuros usuários., ou seja, as próprias crianças e adolescentes. Desse modo, suas necessidades e seus anseios foram ouvidos e discutidos, tornando o projeto bem-sucedido como resultado desse planejamento participativo (Vitruvius, 2017).

2.2.2 Contextualização

Localizado na cidade de Formoso do Araguaia, no Tocantins, o projeto Moradias Infantis, situado na área rural da fazenda Canuanã, foi reformado pelos escritórios Aleph Zero e Marcelo Rosenbaum a convite da Fundação Bradesco. Eles desenvolveram uma escola em regime de internato com o objetivo de proporcionar um ambiente humanizado e próximo da vivência doméstica, aproximando-se do modelo familiar dos jovens acolhidos pela instituição, que têm entre 7 e 18 anos de idade (Galeria da Arquitetura, 2018).

A cidade mencionada possui, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE, cerca de 18.881 habitantes, e, no passado, foi habitada por indígenas da tribo Javaé, que residiram durante anos na região, até o local ser abandonado, permanecendo desocupado até 1949 e sendo novamente povoado posteriormente. Com base no conhecimento sobre o passado da região, o projeto foi concebido de forma com que resgatasse a cultura dos povos originários, como a técnica construtiva local, a beleza indígena e a noção de pertencimento, fatores fundamentais para o desenvolvimento das crianças da escola de Canuanã (Archdaily, 2020).

Figura 15: Localização da cidade de Formoso do Araguaia, Brasil



Fonte:Wikipédia, 2020. Modificado pelo autor, 2025.

A fazenda-escola está localizada no lado oposto da fronteira sudoeste do Parque Indígena do Araguaia, a 300 km de Palmas, capital do Tocantins, à qual está ligada por uma estrada de difícil acesso. A região está localizada na intersecção de biomas como a Floresta Amazônica, o Pantanal e o Cerrado e mantém altas temperaturas durante todo o ano.

A escola funciona como internato, atendendo cerca de 872 alunos desde a Educação Infantil até o curso técnico em agricultura. Na região, as distâncias são muito longas e o

deslocamento é difícil, o que impossibilita deslocamentos frequentes entre a casa e a escola (Archdaily, 2020).

Figura 16: Implantação das moradias infantis



Fonte: Rosenbaum, 2016.

Ao analisar a Figura 17, é possível verificar que a fachada do edifício é caracterizada pelo uso predominante da madeira laminada colada (MLC), que estrutura e define a volumetria, conferindo leveza visual e naturalidade à composição. Complementando essa configuração, grandes painéis de palha trançada atuam como elementos de sombreamento, ventilação cruzada e controle térmico, reinterpretando técnicas vernaculares e incorporando referências da arquitetura indígena regional (Archdaily, 2020).

O projeto chama atenção devido à forma horizontal e por se integrar ao espaço proposto, criando um ambiente acolhedor aos usuários, com diversos ambientes para convívio e recreação.

Figura 17: Análise da fachada do edifício

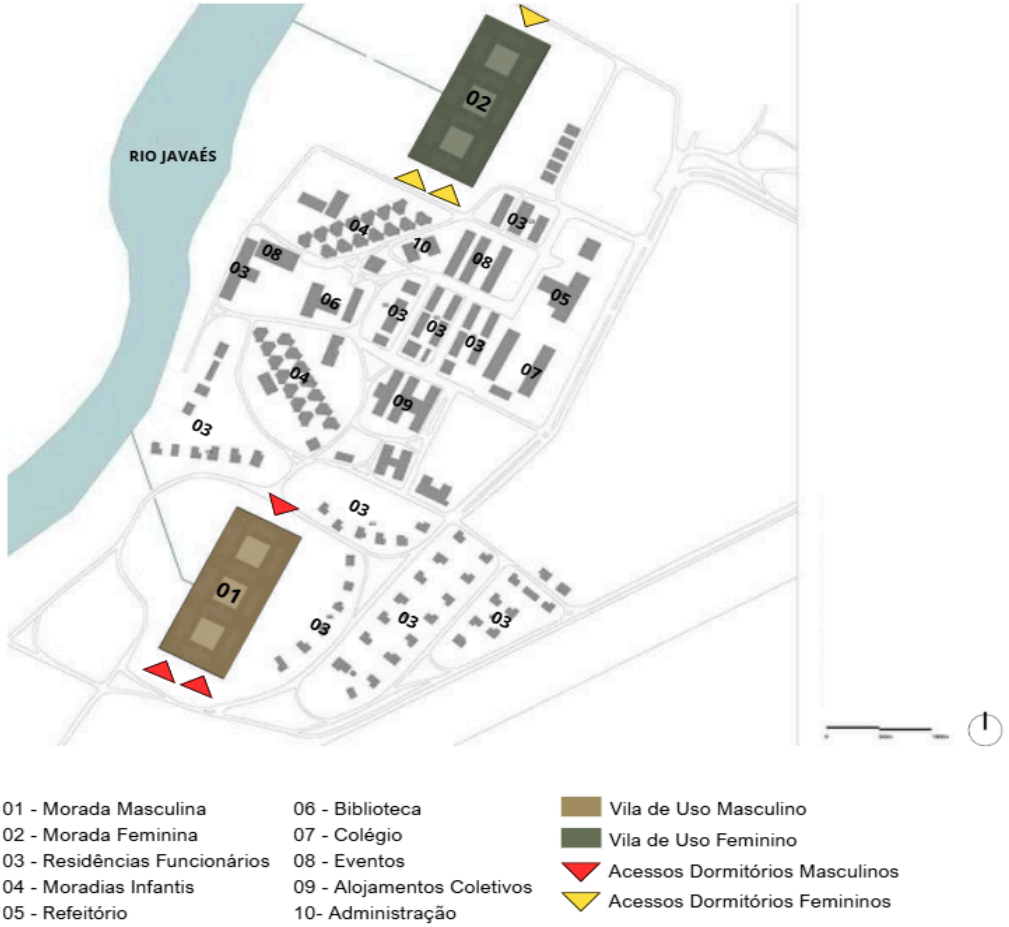


Fonte: Rosenbaum, 2016.

2.2.3 Configuração Funcional

Como mostra a Figura 18, o espaço corresponde a duas vilas divididas pela simetria das partes, cada uma com aproximadamente 23.000 m², separadas por uma distância linear de 400 metros. A setorização manteve a divisão de gênero preexistente, destinando a vila superior ao uso feminino (2) e a vila inferior ao uso masculino (1), respeitando a organização da antiga edificação. As novas vilas, mais espaçosas e ventiladas, foram posicionadas em locais estratégicos, para facilitar a compreensão espacial e funcional do conjunto educacional. Diferente da configuração anterior, as moradias deixaram o centro da fazenda, que agora é reservado exclusivamente para atividades pedagógicas. O entorno imediato é formado por construções com referências à arquitetura indígena, inseridas em meio a áreas verdes e cursos d'água (Vitruvius, 2017).

Figura 18 - Planta de Implantação.



Fonte: Vitruvius, 2017. Modificado pelo autor, 2025.

Pela análise do térreo, observa-se que a planta baixa dos alojamentos (Figura 19) adota um formato retangular, organizado em torno de três grandes pátios de mesma hierarquia (1). Esses pátios foram concebidos com o objetivo de favorecer a convivência e potencializar as interações sociais entre os residentes.

Ao redor deles, distribuem-se os blocos de dormitórios (2), compostos por 9 unidades, cada uma com 5 dormitórios, totalizando 45. Cada unidade acomoda até 6 alunos, com idades entre 13 e 18 anos, e é equipada com três camas-beliche, lavanderia e banheiro. Ainda no térreo, estão localizadas quatro escadas (3) que dão acesso ao pavimento superior. No canteiro central, há um espelho d'água responsável por captar a água da chuva da cobertura, conduzindo o excesso até o rio Javaé, em diálogo com o ambiente natural. O acesso principal está no centro da planta, mas, por conta da configuração aberta do edifício, ele é possível ser acessado por diferentes direções.

Figura 19: Planta baixa do pavimento térreo

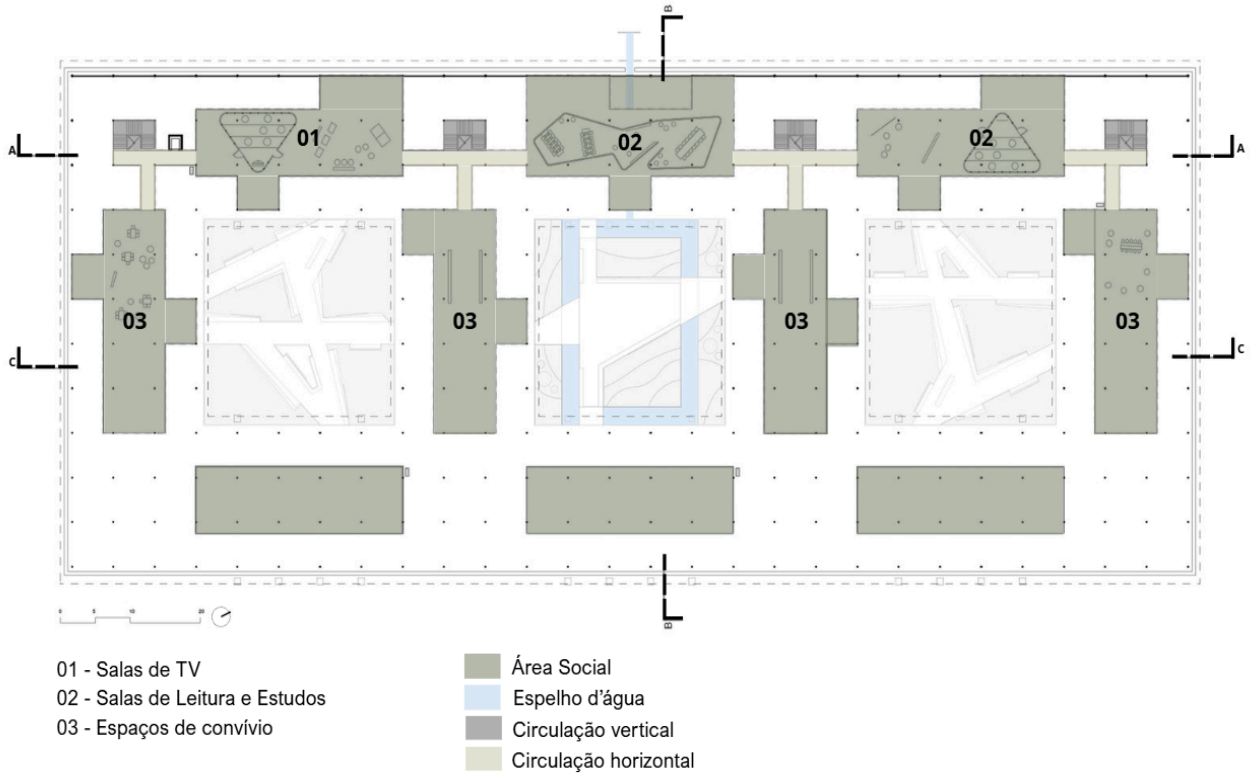


Fonte: Archdaily, 2020. Modificado pelo autor, 2025.

No primeiro pavimento (Figura 20), concentram-se as áreas sociais, com redário, sala de TV (1), salas de leitura e estudos (2) e os espaços de convívio (3), cujo objetivo é integrar as moradias, proporcionando um aspecto de casa e afastando-se da ideia de um alojamento

institucional. Essas novas propostas foram concebidas em conjunto com os alunos, com o objetivo de promover melhor qualidade de vida e fortalecer o vínculo entre eles e a escola (Rosenbaum, 2016).

Figura 20: Planta baixa do primeiro pavimento.



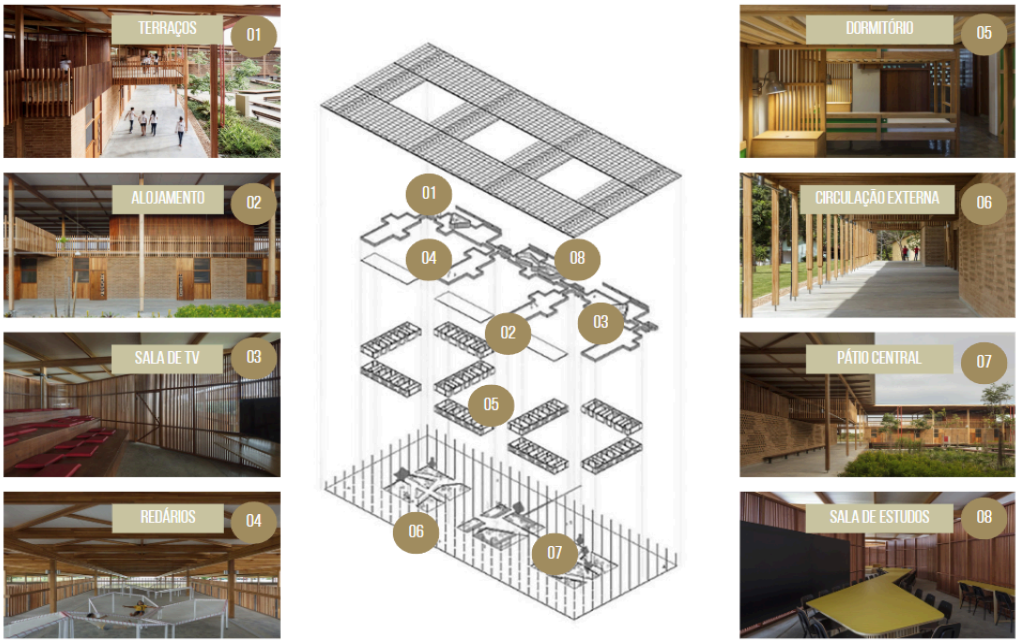
Fonte: Archdaily, 2020. Modificado pelo autor, 2025.

Com o intuito de valorizar as relações sociais e promover a convivência entre os estudantes, as moradas foram estrategicamente organizadas em torno de pátios internos ajardinados. Esses espaços funcionam como verdadeiras praças, cuidadosamente planejadas para estimular o encontro e a interação entre os moradores. Ao redor desses pátios, distribuem-se diversos serviços de apoio, como os alojamentos estudantis, áreas comuns, salas de estudo, lavanderias e espaços de convivência, criando um ambiente integrado e acolhedor.

Ou seja, mais do que simples áreas de passagem, os pátios desempenham um papel fundamental na dinâmica cotidiana do conjunto residencial. Isso ocorre, pois eles se configuram como pontos de encontro espontâneo, locais de descanso e descompressão, onde os estudantes podem relaxar, socializar ou simplesmente apreciar o ambiente natural. Além disso, esses espaços verdes contribuem significativamente para o conforto ambiental,

favorecendo a ventilação cruzada entre os edifícios, permitindo maior entrada de luz natural e promovendo o contato direto com a vegetação, o que reforça a sensação de bem-estar e pertencimento.

Figura 21: Perspectiva dos ambientes



Fonte: Vitruvius, 2017. Modificado pelo autor, 2025.

Os edifícios foram concebidos com térreo livre e acesso direto aos pátios ajardinados, o que potencializa a integração entre os espaços internos e externos e estimula a circulação fluida dos usuários. Essa configuração aberta no nível térreo reforça a permeabilidade visual e física do conjunto, criando uma relação mais orgânica com o entorno. Já no pavimento superior, foram implantados ambientes coletivos com fechamentos em meia altura, que permitem a continuidade do olhar e da ventilação, promovendo um diálogo constante entre o interior e o exterior. Esses espaços favorecem a convivência, o encontro e a troca entre os estudantes, contribuindo para a construção de uma comunidade mais integrada e acolhedora (Arquitetônica, 2021).

2.2.4 Configuração Formal

Como mostra a Figura 23, o edifício apresenta estrutura predominantemente em madeira laminada colada (MLC). Essa tecnologia permitiu a fabricação de peças de grandes dimensões, com curvas e seções variáveis, ampliando significativamente as possibilidades

construtivas com madeira. Apesar das condições climáticas desafiadoras da região, o sistema demonstrou eficiência, desde que seja mantida a camada protetora de *stain*, configurando-se como uma solução viável para aplicação em larga escala no Brasil (Archdaily, 2020).

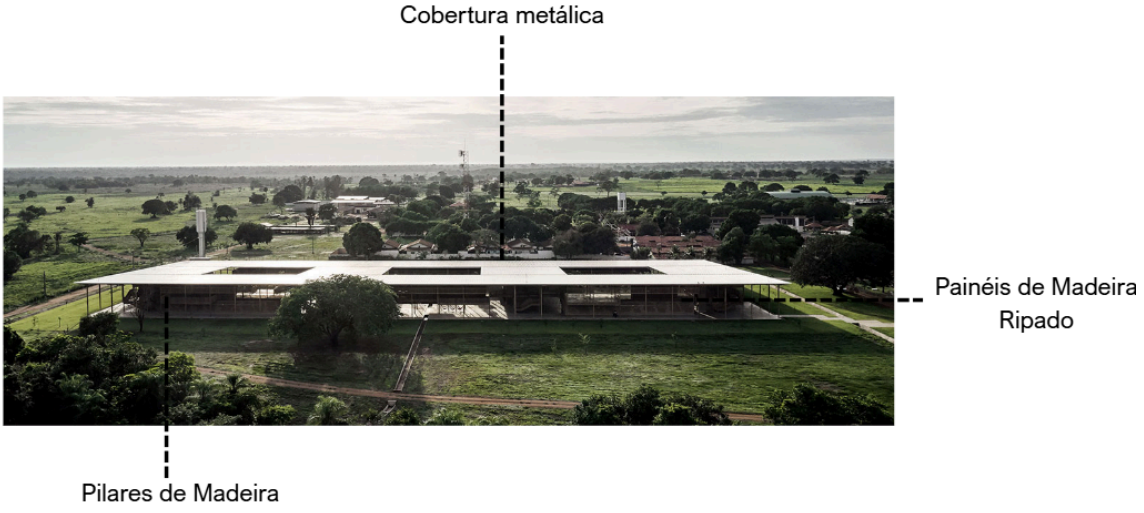
Figura 23: Materialidade do edifício



Fonte: Archdaily, 2020. Modificado pelo autor, 2025.

Os pilares em madeira laminada colada e a ampla cobertura metálica em duas águas foram executados na etapa inicial da obra, assegurando proteção contra intempéries e altas temperaturas, tanto durante a construção quanto no uso cotidiano. Desse modo, para a edificação das alvenarias, optou-se por tijolos de solo-cimento produzidos no próprio canteiro, com a instalação de uma pequena olaria. A variação cromática natural da terra exigiu um sistema de lotes e mistura dos blocos, garantindo uniformidade visual. A escolha desse material, combinada à ventilação cruzada constante, proporcionou conforto térmico aos ambientes internos, dispensando o uso de sistemas de climatização (Archdaily, 2020).

Figura 22: Volumetria da edificação

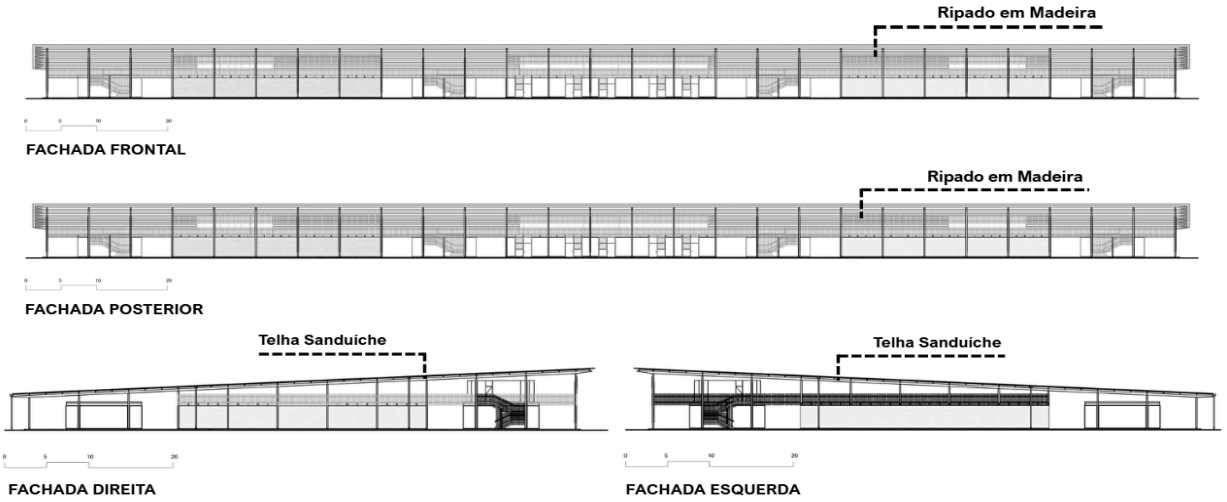


Fonte: Archdaily, 2020. Modificado pelo autor, 2025.

Os edifícios foram concebidos com térreo livre e acesso direto aos pátios ajardinados, o que potencializa a integração entre os espaços internos e externos e estimula a circulação fluida dos usuários. Essa configuração aberta no nível térreo reforça a permeabilidade visual e física do conjunto, criando uma relação mais orgânica com o entorno.

Já no pavimento superior, foram implantados ambientes coletivos com fechamentos em meia altura, que permitem a continuidade do olhar e da ventilação, promovendo um diálogo constante entre o interior e o exterior. Esses espaços favorecem a convivência, o encontro e a troca entre os estudantes, contribuindo para a construção de uma comunidade mais integrada e acolhedora (Arquitetônica, 2021).

Figura 22: Fachadas



Fonte: Archdaily, 2020 . Modificada pelo autor, 2025.

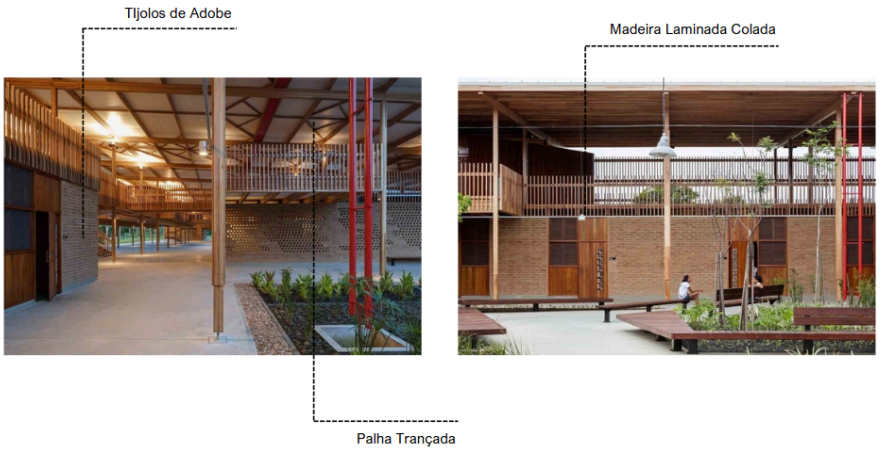
Após a análise das fachadas apresentadas (Figura 22), pode ser observado que o telhado foi construído com um único painel inclinado de telha sanduíche, o que proporciona maior conforto térmico e permite a cobertura total do edifício, exceto nos jardins centrais. Estes, inseridos no meio do projeto, funcionam como espaços de descompressão e promovem o contato com a natureza (Rosenbaum, 2016).

2.2.5 Configuração Tecnológica

Em relação às técnicas construtivas, foram adotadas soluções que remetem à cultura indígena, com o uso predominante de materiais naturais. Para tanto, foram empregados tijolos de adobe, palha trançada e madeira laminada colada.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, inicialmente, os arquitetos consideraram o uso do concreto, mas a ausência de fábricas na região demandaria sua importação, o que elevaria os custos e o tempo de execução da obra. Diante desse cenário, optou-se pela madeira laminada colada como principal elemento estrutural, o que viabilizou uma montagem mais ágil e compatível com os recursos locais (Galeria da Arquitetura, 2018).

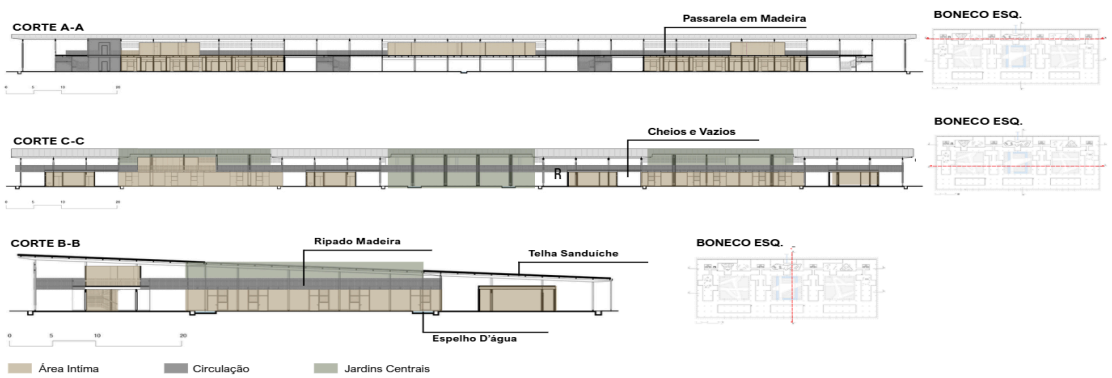
Figura 22: Técnicas construtivas utilizadas



Fonte: Galeria da Arquitetura, 2018. Modificada pelo autor, 2025.

Como mostra a Figura 23, o projeto utiliza ripados de madeira e paredes de tijolos perfurados para criar cheios e vazios que favorecem a ventilação natural no interior da edificação. As passarelas, feitas em madeira, conectam os blocos de forma leve e fluida, permitindo a circulação entre os ambientes sem interferir no solo natural. Em corte, o espelho d'água central atua como sistema de drenagem pluvial, captando a água proveniente da cobertura (Rosenbaum, 2016).

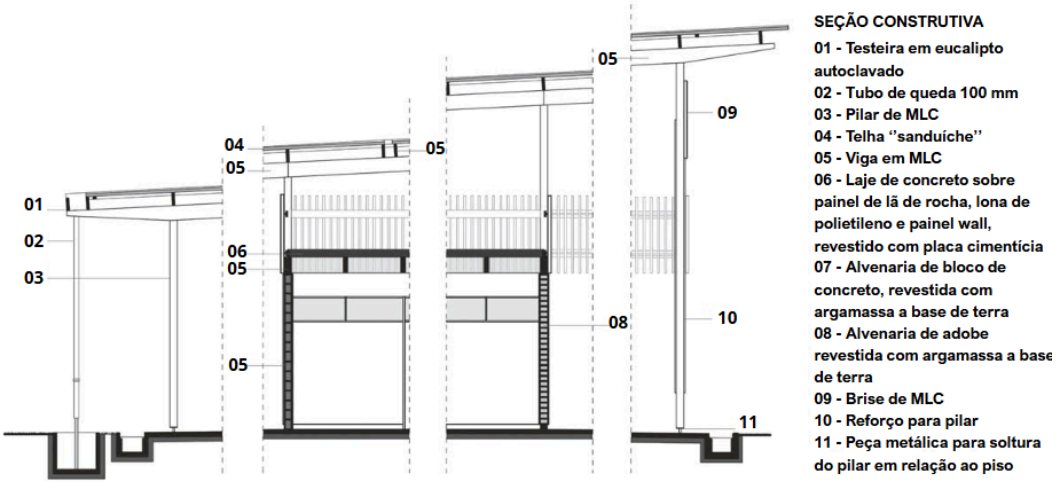
Figura 23 - Cortes setorizados.



Fonte: Archdaily, 2020 . Modificado pelo autor, 2025.

A organização dos usos no espaço, aliada à escolha dos materiais e às técnicas construtivas, resultou em duas edificações pautadas em princípios voltados à valorização das relações humanas. Desse modo, todo o projeto é desenvolvido em madeira, incluindo a estrutura de vigas e pilares, escadas, guarda-corpos e mobiliários. Os blocos internos fechados são construídos em alvenaria de tijolos aparentes. A malha de pilares que sustenta a edificação é elevada do chão por uma estrutura metálica, protegendo a madeira da umidade do solo. Além disso, destacam-se a presença de cobogós e amplos beirais, que respondem de forma eficaz ao clima rigoroso da região (Archdaily, 2020).

Figura 25: Detalhe do sistema construtivo em corte.



Fonte: Vitruvius, 2017. Modificada pelo autor, 2025.

2.2.6 Lições Projetuais

Com a análise do projeto da casa de acolhimento para menores, em Ketermindé, Dinamarca, destacou-se as seguintes lições projetuais: 1) Integração com a Natureza, adaptando o design ao contexto urbano e natural; 2) Flexibilidade de Espaços, adaptáveis às diferentes necessidades das crianças e da equipe multidisciplinar; 3) Acessibilidade, garantindo a inclusão de todos os usuários; 4) Forma e Volumetria, fortalecendo o sentimento de pertencimento nos acolhidos; 5) Uso da Iluminação natural, reduzindo o consumo de energia; 6) Uso dos materiais construtivos como madeira e cerâmica, proporcionando sustentabilidade, grande liberdade formal e eficiência estrutural para o projeto.

Já, na análise do projeto de Moradias Infantis, em Formoso do Araguaia, Tocantins, Brasil, destacou-se as seguintes lições projetuais: 1) Integração do interior com o exterior, promovendo a convivência e conexão dos crianças e jovens com a natureza e seu entorno; 2)

Escala de residência infantil, reforçando a sensação de acolhimento e pertencimento, como em um verdadeiro lar; 3) Acessibilidade, garantindo a inclusão de todos os usuários; 4) Espaços que educam, arquitetura utilizada como ferramenta pedagógica e de formação emocional, promovendo autonomia e cuidado coletivo; 5) Uso da ventilação cruzada, sombreamento natural e materiais de baixa condutividade térmica para eliminar a necessidade de climatização mecânica; 6) Combinação de materiais locais (como tijolos de solo-cimento) com estruturas pré-fabricadas em madeira laminada colada (MLC), que garante leveza, precisão construtiva e sustentabilidade.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A cidade de Umuarama está localizada na região Noroeste do estado do Paraná, pertencente à Região Sul do Brasil. Fundada em 1960, o município encontra-se a aproximadamente 571 quilômetros da capital paranaense, Curitiba. A Figura 26 ilustra sua posição geográfica em diferentes escalas territoriais, permitindo compreender sua inserção no contexto regional, estadual e nacional.

Figura 26 - Localização do Município de Umuarama-PR



Fonte: Google Imagens, 2025. Modificado pelo autor, 2025.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Umuarama possui 117.095 habitantes, apresenta densidade demográfica de 94,85 habitantes por quilômetro quadrado e abrange uma área territorial de 1.235,41 km², estando situada a uma altitude média de 430 metros.

De acordo com a classificação da (Adema, 2021), o município apresenta clima subtropical úmido mesotérmico (Cfa), caracterizado por verões quentes e mais chuvosos, enquanto os invernos são mais secos, com ocorrência esporádica de geadas. A temperatura

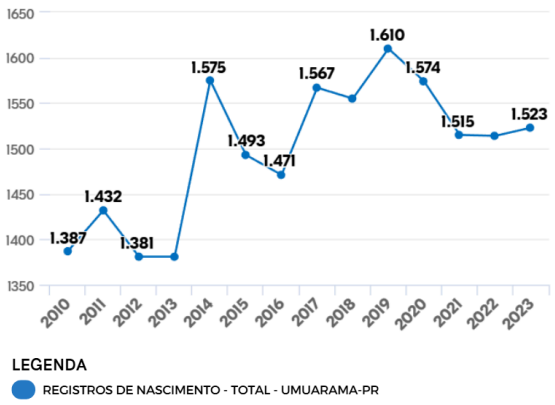
média anual gira em torno de 22,1 °C, com extremos registrados entre -1,4 °C e 44,0 °C ao longo dos anos. A economia da cidade gira em torno da agropecuária e prestação de serviços.

Atualmente, Umuarama atravessa uma fase significativa de expansão e desenvolvimento urbano e econômico. Os setores industrial e comercial têm desempenhado papel central nesse processo, impulsionando a economia local e contribuindo expressivamente para a geração de empregos e oportunidades. Esse dinamismo tem fortalecido a infraestrutura da cidade, atraído novos investimentos e ampliado sua relevância regional.

Ademais, o município de Umuarama desempenha um papel estratégico como polo regional de serviços, atendendo às demandas de cidades vizinhas nas áreas de saúde, educação e assistência social. Essa centralidade funcional amplia sua responsabilidade na oferta de políticas públicas, especialmente voltadas à infância. Segundo dados do IBGE (2022), 9,01% da população local é composta por crianças de 0 a 6 anos, o que representa 10.554 indivíduos entre os 121.972 habitantes. Esse índice supera as médias nacional (8,92%) e estadual (8,73%), evidenciando que o município possui uma proporção infantil acima da média. Tal cenário reforça a necessidade de fortalecer os serviços de proteção, acolhimento e desenvolvimento integral voltados a esse grupo etário, garantindo condições adequadas para seu bem-estar e crescimento.

De acordo com dados Ministério da Saúde (2023), o número de registros de nascimento no município de Umuarama teve um aumento significativo desde o ano de 2010, passando de 1.387 para 1.523. A Figura 26 apresenta a quantidade de nascimentos de crianças desde 2010 até 2023 em Umuarama-PR.

Figura 26: Número de registros de nascimento no município de Umuarama-PR



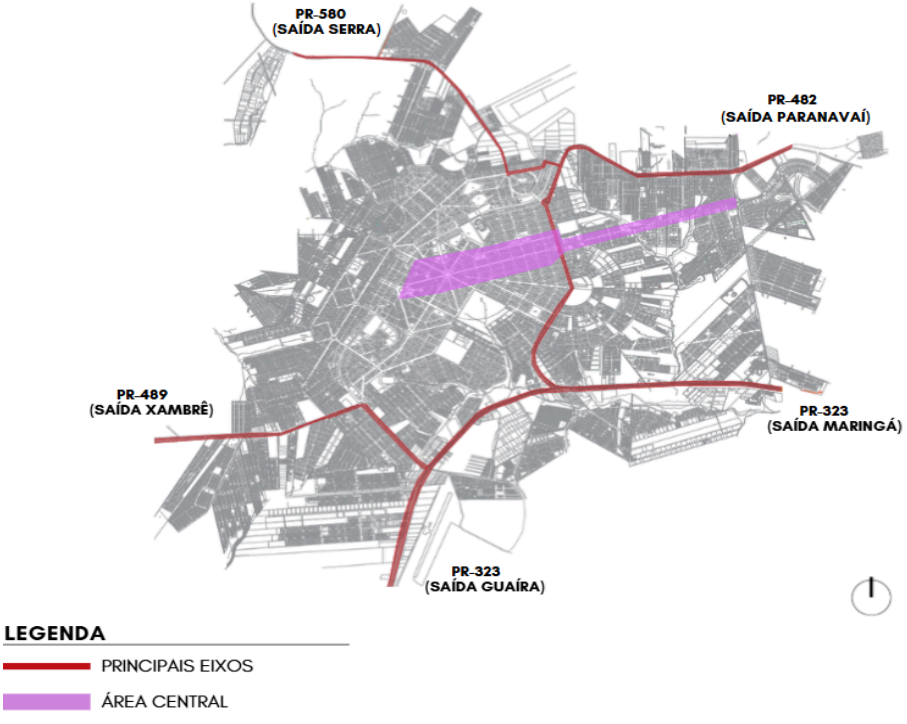
Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS, 2023. Modificado pelo autor, 2025.

Esses números, quando associado aos principais fatores que levam crianças ao acolhimento, como negligência, violência doméstica, pobreza, uso de drogas pelos responsáveis e rupturas familiares, contribui para aumentar a demanda por vagas nos serviços de proteção. Assim, embora o número de nascimentos não cause diretamente o desabrigo, ele amplia o grupo exposto a situações de risco, tornando mais evidente a necessidade de fortalecer e expandir a rede de acolhimento infantil no município.

3.1 Análise do Terreno e do Entorno

O terreno destinado à implantação do Centro de Acolhimento e Desenvolvimento para Meninos em Situação de Vulnerabilidade Social está localizado no Bairro Jardim Cruzeiro, em uma área estratégica do município. A escolha desse local considerou, principalmente, sua acessibilidade e integração com a malha urbana. A Figura 27 ilustra as principais rotas de acesso provenientes das cidades vizinhas, além de destacar a localização da região central de Umuarama, evidenciando a posição privilegiada do terreno no contexto territorial.

Figura 27: Mapa de acessos ao município de Umuarama

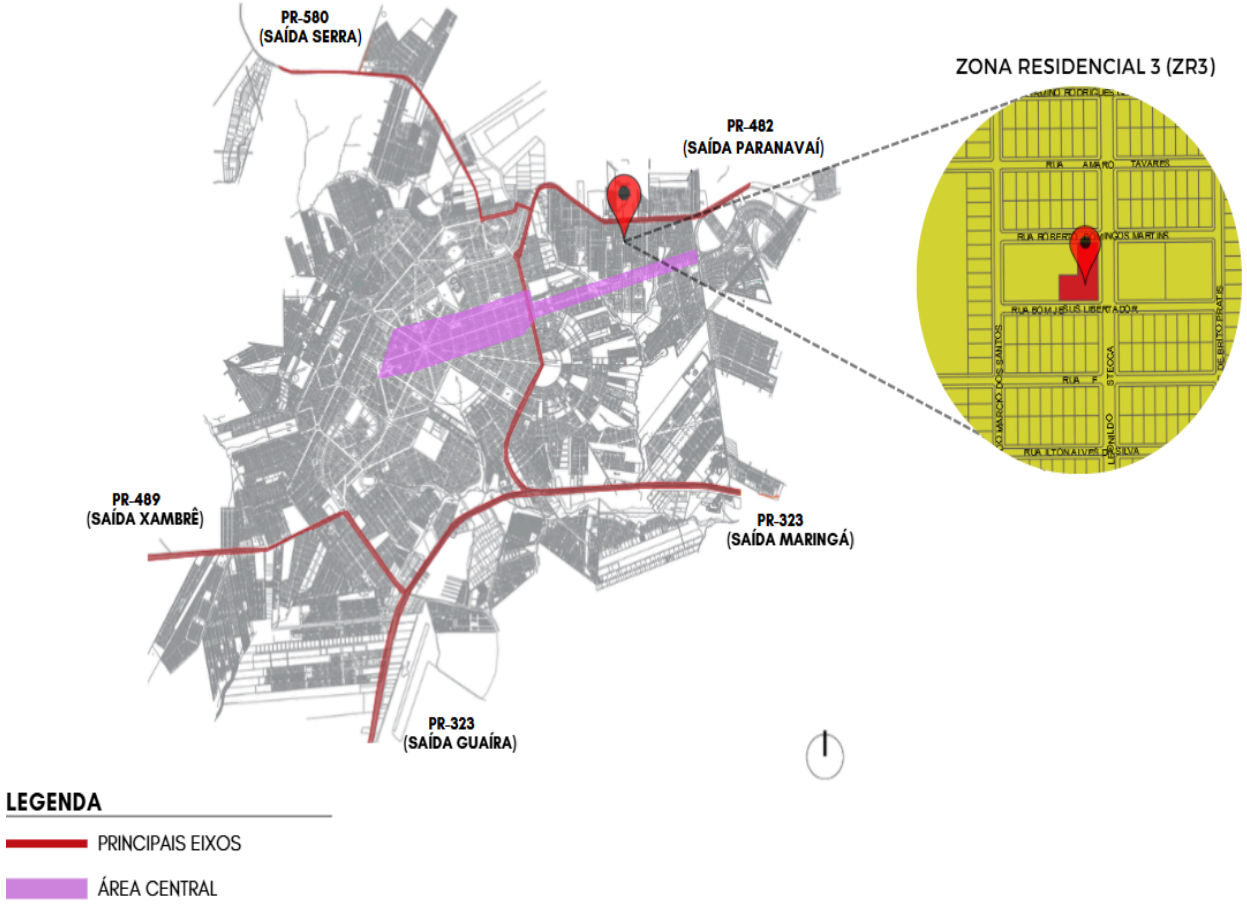


Fonte: Mapa de zoneamento sede urbana, 2023. Modificado pelo autor, 2025.

O terreno em análise está localizado na Zona ZR3 (Zona Residencial 3), em uma região onde carece de infraestrutura pública voltada à proteção e ao acolhimento de crianças

em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, visando proporcionar o desenvolvimento integral dos acolhidos, a escolha do local considerou não apenas a acessibilidade e a conectividade com o bairro, mas também a proximidade com áreas residenciais, onde facilitaria a realização de diversas atividades educacionais. Além disso, outra questão levada em consideração foi a existência de creches e ambientes destinados à recreação, além das escolas, para proporcionar um ambiente completo e propício ao desenvolvimento educacional e social.

Figura 28: Mapa de zoneamento do município.



Fonte: Umuarama, 2022. Modificado pelo autor, 2025.

A Figura 29 apresenta as diretrizes urbanísticas que regulamentam o uso e a ocupação do solo no município, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 441, de 19 de dezembro de 2017. Essas diretrizes definem parâmetros técnicos e legais que orientam a implantação de edificações, a distribuição dos usos urbanos e a preservação das características ambientais e sociais da área.

Nesse sentido, por possuírem caráter obrigatório, devem ser integralmente observadas em todas as fases do projeto – desde sua concepção até a execução – garantindo que a proposta esteja em conformidade com os princípios de ordenamento territorial, segurança, acessibilidade e sustentabilidade urbana.

Figura 29: Tabela de uso e ocupação do solo da Zona Residencial 3

LEGISLAÇÃO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO			
ZONA RESIDENCIAL 3			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3	H5	H4
OCUPAÇÃO			
TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)			65
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO			5
NÚMERO DE PAVIMENTOS			8
ALTURA MÁXIMA (m)			40
TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)			25
RECUO FRONTAL (m)			4
RECUO LATERAL (m)			2
AFASTAMENTO FUNDO (m)			1,5
AFASTAMENTO LATERAL (m)			1,5

Fonte: Plano Diretor Municipal, 2025. Modificado pelo autor, 2025.

Por se tratar de uma área classificada como Zona Residencial 3 (ZR3), a legislação urbanística vigente permite a implantação de edificações com até oito pavimentos, desde que respeitados os parâmetros estabelecidos, como o recuo frontal mínimo de 4 metros, previsto como uma das opções para esse tipo de uso. Essa flexibilidade normativa favorece a verticalização moderada e a otimização do uso do solo urbano, sem comprometer a harmonia com o entorno.

Dessa forma, a escolha do terreno levou em consideração uma série de fatores estratégicos, entre os quais, destacam-se sua boa visibilidade e a facilidade de acesso por vias secundárias, menos movimentadas, o que contribui para a segurança e a fluidez do tráfego local. Além disso, o aproveitamento dos elementos naturais existentes – como a topografia favorável, a presença de vegetação e a incidência de luz solar – foi um aspecto determinante, pois esses recursos potencializam o conforto ambiental, a eficiência energética e a integração do edifício com o meio. Tais características reforçam a vocação do terreno para abrigar um

equipamento público voltado ao acolhimento e desenvolvimento social, garantindo funcionalidade, acessibilidade e qualidade espacial.

Ademais, o terreno conta, em suas proximidades, com creches, escolas e espaços destinados à recreação, o que contribui para a formação de um ambiente completo e favorável ao desenvolvimento educacional, social e emocional das crianças acolhidas. A presença desses equipamentos públicos no entorno fortalece a integração da instituição com a comunidade local e amplia o acesso a serviços essenciais.

A Figura 30 identifica as instituições educacionais situadas na área adjacente ao terreno.

Figura 30: Análise das instituições educacionais no entorno.



Fonte: Google Maps. Modificado pelo autor, 2025.

Para a análise do uso e ocupação do solo, foi considerado um raio de aproximadamente 400 metros a partir do terreno. A Figura 31 demonstra que o entorno da área de estudo apresenta predominância de uso residencial, além de estar em proximidade com áreas institucionais da cidade, como hospitais, mercados, academia, igrejas, creches e escolas. Esses elementos reforçam o potencial estratégico da localização para a implantação de um centro de acolhimento e desenvolvimento destinado a meninos em situação de vulnerabilidade.

Figura 31: Mapa de uso e ocupação do solo



Fonte: Autor, 2025.

O terreno está situado entre as ruas Roberto Domingo Martins, Leonildo Stecca e Bom Jesus Libertador. A Rua Leonildo Stecca é classificada como via arterial, caracterizada por seu elevado fluxo de veículos e maior nível de ruído, em razão de sua extensão e função de escoamento do tráfego urbano. Já as ruas Roberto Domingo Martins e Bom Jesus Libertador são vias coletoras, com tráfego moderado e menor intensidade sonora. Essa configuração viária pode ser observada na figura a seguir, que ilustra a hierarquia das vias e sua relação com o entorno imediato do terreno.

Figura 32 : Mapa de hierarquia viária

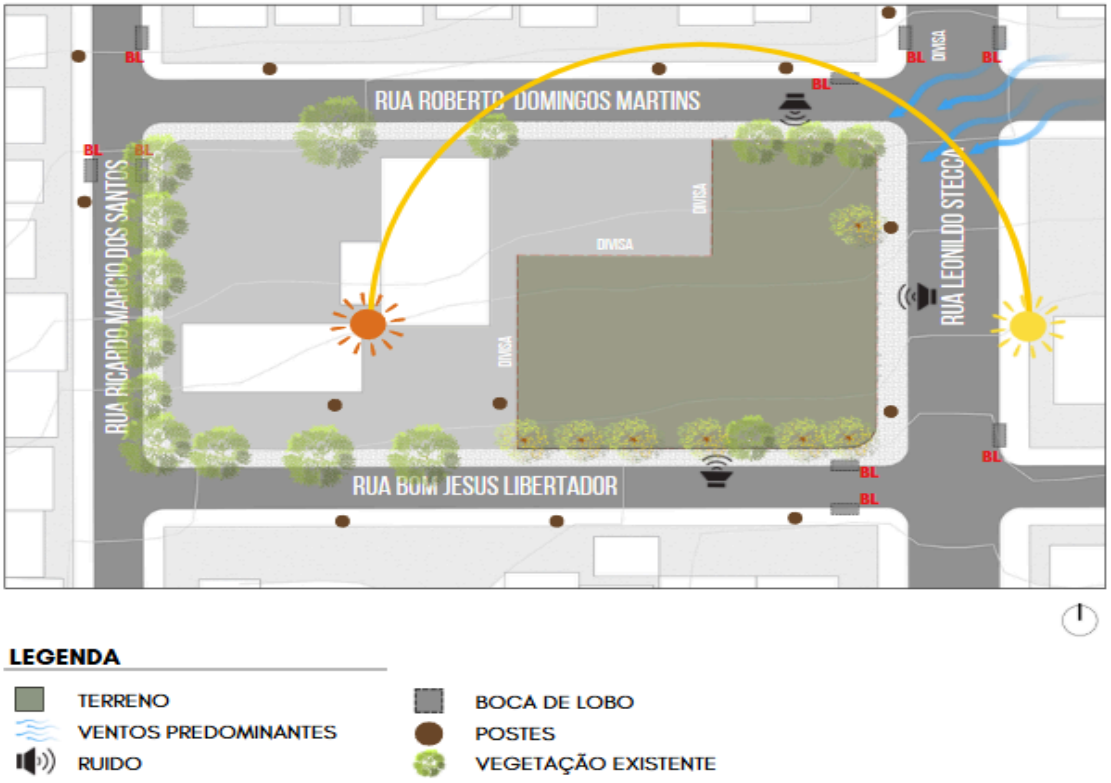


Fonte: Autor, 2025.

O lote escolhido possui aproximadamente 1.839 m² e está inserido em uma zona urbana consolidada, com infraestrutura básica já implantada. O entorno imediato conta com cinco postes de iluminação pública, duas bocas de lobo para drenagem pluvial e vegetação existente ao longo das vias, o que contribui para o sombreamento natural e a qualidade ambiental do local. O maior nível de ruído é percebido na rua Leonildo Stecca, em função do fluxo constante de veículos.

A insolação e os ventos predominantes — oriundos sobretudo da direção nordeste — configuraram-se como condicionantes fundamentais para a definição da implantação do edifício. A consideração criteriosa desses elementos ambientais permitiu explorar de maneira eficiente a ventilação cruzada, garantindo maior renovação do ar e conforto térmico nos diversos ambientes. Do mesmo modo, o aproveitamento qualificado da luz natural contribuiu para a valorização dos espaços de convivência e descanso, reduzindo a necessidade de iluminação artificial e promovendo uma ambiência mais saudável, sustentável e alinhada aos princípios do conforto ambiental.

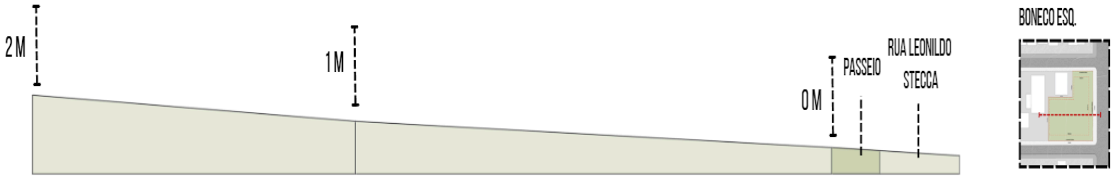
Figura 33: Análise das condicionantes físicas e ambientais do terreno



Fonte: Autor, 2025.

Ao realizar o corte do mapa topográfico do terreno, pode-se observar que há um desnível natural de dois metros, sendo considerado. pelo autor, um desnível moderado, por se tratar de um terreno amplo.

Figura 34: Corte do terreno



Fonte: Autor, 2025.

Com o objetivo de subsidiar as análises apresentadas neste capítulo, foi realizado um levantamento fotográfico contemplando diferentes perspectivas das extremidades do terreno. Essa abordagem permitiu registrar visualmente as características do lote e suas principais condicionantes – como acessos, limites físicos, entorno imediato e elementos naturais – que influenciam diretamente na implantação e no desenvolvimento do projeto.

A figura abaixo ilustra essas perspectivas, oferecendo suporte visual à compreensão espacial da área estudada.

Figura 35: Levantamento fotográfico das perspectivas do terreno



Fonte: Google Earth, 2025. Modificado pelo autor, 2025.

A figura a seguir evidencia a vegetação existente no local, composta predominantemente por árvores de médio porte, que proporcionam sombreamento natural significativo. Esse recurso pode ser estrategicamente incorporado ao projeto paisagístico do centro de acolhimento e desenvolvimento, favorecendo a criação de áreas de descanso e socialização ao ar livre. Além disso, a presença dessas árvores contribui de forma relevante para o conforto térmico passivo, reduzindo a incidência direta de radiação solar e promovendo um microclima mais agradável nos espaços externos.

Figura 36: Levantamento fotográfico das perspectivas do terreno



Fonte: Google Earth, 2025. Modificado pelo autor, 2025.

Sendo assim, a análise do terreno e de seu entorno revela-se essencial para compreender como o edifício se integrará ao contexto urbano em que será implantado. Essa investigação orienta a elaboração do anteprojeto arquitetônico de um centro de acolhimento e desenvolvimento voltado à realidade de Umuarama, conforme será detalhado no capítulo seguinte.

4 ANTEPROJETO

Este capítulo tem como objetivo apresentar o anteprojeto de um centro de acolhimento e desenvolvimento voltado para meninos em situação de vulnerabilidade social na cidade de Umuarama. A proposta busca atender às necessidades básicas dessas crianças, promovendo sua reinserção na sociedade e o restabelecimento de vínculos sociais. O conteúdo aborda o programa de necessidades e o pré-dimensionamento dos espaços, etapas

fundamentais para a compreensão do projeto e de suas condicionantes urbanas, funcionais e sociais.

4.1 Programa de Necessidade / Pré Dimensionamento

Com o objetivo de acolher até 18 crianças do sexo masculino, com idades entre 0 e 11 anos, foi realizada uma análise detalhada do programa de necessidades e do pré-dimensionamento de um centro de acolhimento e desenvolvimento voltado a meninos em situação de vulnerabilidade social. Essa etapa é fundamental para garantir que o projeto atenda de forma eficaz às exigências funcionais, sociais e espaciais da proposta, considerando aspectos como conforto, segurança, acessibilidade e estímulo ao desenvolvimento integral das crianças. A definição dos ambientes e suas respectivas dimensões mínimas permite visualizar com maior clareza a estrutura necessária para o funcionamento adequado da instituição, orientando as decisões projetuais e contribuindo para a qualidade do espaço construído. A tabela a seguir apresenta a infraestrutura sugerida e os ambientes essenciais para a elaboração do projeto, servindo como base para o desenvolvimento das próximas etapas..

No térreo (Figura 37), o espaço foi concebido como uma extensão do meio urbano, promovendo a integração entre o edifício e seu entorno imediato. Essa área abriga ambientes destinados ao lazer, à permanência e ao convívio social, funcionando como um ponto de encontro acessível e acolhedor para os usuários. Além de favorecer a interação comunitária, o térreo concentra os setores administrativos e de serviços, organizados de forma estratégica para garantir eficiência operacional, controle de acesso e suporte às atividades desenvolvidas no edifício. A disposição dos espaços nesse pavimento busca equilibrar funcionalidade e acolhimento, reforçando o caráter público e social da instituição.

Figura 37: Programa de Necessidades e pré-dimensionamento: Térreo

	PROGRAMA	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTOS	USUÁRIOS	PRÉ-DIMENS.
SOCIAL	REFEITÓRIO	1	Espaço para vivência, se alimentar	Mesa, cadeira, armário, bancada	32	80 m²
	SALA DE TV	1	Espaço para assistir tv, atividades em grupo, descanso e estar	Sofá, poltrona, TV	20	50 m²
	SALA DE ESTUDOS	1	Espaço para realização de tarefas, estudo, leitura	Mesa, cadeira, armário, bancada	18	40 m²
	SALA DE VISITAS	1	Espaço para encontro e primeiro contato com as crianças	Mesa, cadeira, armário, bancada	3	25 m²
	SALA ACOLHIMENTO	1	Espaço para encontro e acolhimento	Mesa, cadeira, armário, bancada	3	32 m²
	HORTA	1	Espaço para plantar, aprender, cuidar	Vegetação	-	50 m²
	I.S SOCIAL	2	Higienização pessoal e necessidades básicas	Vaso sanitário, pia, cuba	2	15 m²
						TOTAL: 292 m² + 15% = 335,80 m²
LAZER	BRINQUEDOTECA	1	Espaço para brincar, desenvolver habilidades e criar vínculos	Mesa, cadeira, bancada, brinquedos	24	40 m²
	OFICINA DE ARTE	1	Espaço para trabalhos manuais/oficinas	Mesa, armário, pintura	7	40 m²
	QUADRA POLIESPORTIVA	1	Espaço para atividades em grupo, prática de esportes, lazer, etc.	Quadra, banco	10	150 m²
	PÁTIO CENTRAL DESCOBERTO	1	Espaço para recreações e atividades ao ar livre	Vegetação, bancos, gêiser, redes		140 m²
						TOTAL: 510 m² + 15% = 586,50m²
SERVIÇO	COZINHA	1	Espaço para limpeza, preparação de alimentos	Cuba, bancada, fogão, geladeira e armários	4	40 m²
	DML	1	Armazenamento de equipamentos e materiais de manutenção	Armários, bancadas, prateleiras	-	10 m²
	HIGIENIZAÇÃO	1	Espaço para higienizar os alimentos	Armários, bancadas	-	23 m²
	LAVANDERIA	1	Espaço para lavagem, secagem e passagem de roupas	Tanque, máquina de lavar	1	15 m²
	ESTENDAL	1	Espaço externo para secagem natural de roupas	-	1	12 m²
	CÂMARA FRIA	1	Espaço para armazenagem dos alimentos	Armários, prateleiras	-	10 m²
	RECEBIMENTO	1	Espaço para recebimento dos alimentos	Armários, lixeira	1	8 m²
	LAVAGEM	1	Espaço para lavagem de louças e armazenagem dos pratos	Cuba, bancada, armários	2	15 m²
	I.S. SERVIÇO	2	Higienização pessoal e necessidades básicas	Vaso sanitário, pia, cuba	2	8 m²
						TOTAL: 141 m² + 15% = 162,15 m²
GARAGEM	ESTACIONAMENTO	1	Espaço para estacionar veículos/circular	-	-	80 m²
						TOTAL: 80m² + 15% = 92 m²

ADMINISTRAÇÃO	RECEPÇÃO	1	Espaço de recepção e direcionamento dos usuários	Mesa, cadeira, sofa, poltrona	10	60 m²
	SALA COORDENAÇÃO	1	Apoio técnico e gestão da casa	Mesa, cadeiras, armário	3	15 m²
	SALA DE REUNIÕES	1	Espaço para reuniões da equipe	Mesa, cadeiras, armário	8	25 m²
	SALA PSICÓLOGO	1	Espaço para atendimento psicológico	Mesa, cadeiras, armário	3	15 m²
	SALA ASSISTENTE SOCIAL	1	Espaço para assistência e atendimento individual	Mesa, cadeiras, armário	3	15 m²
	ALMOXARIFADO	1	Espaço para armazenagem de documentos/arquivos	Armários	1	15 m²
	AMBULATÓRIO	1	Espaço de primeiros socorros, atendimentos médicos, medicação	Mesa, cadeira, bancada	3	8 m²
	I.S. ADM	2	Higienização pessoal e necessidades básicas	Vaso sanitário, pia, cuba	1	5 m²
						TOTAL: 158 m² + 15% = 181,70 m²
CIRCULAÇÃO SOCIAL	PLATAFORMA ELEVATÓRIA	1	-	-	-	3 m²
	ESCADA	1	-	-	-	8 m²
						TOTAL: 11 m² + 15% = 12,65 m²
						TOTAL GERAL: 1.370,80 m²

Fonte: Autor, 2025.

Já o primeiro pavimento (Figura 38) é destinado ao setor íntimo, cuidadosamente concebido para assegurar às crianças condições de conforto, privacidade e segurança — elementos essenciais para o desenvolvimento saudável e para a criação de vínculos afetivos positivos com o espaço. Nesse nível, distribuem-se os dormitórios, a suíte do cuidador, o berçário e o solário, todos dispostos em torno de uma circulação central que organiza o fluxo interno e favorece o monitoramento contínuo por parte da equipe responsável. Essa configuração espacial não apenas facilita o cuidado diário, como também contribui para a sensação de proximidade, acolhimento e proteção, reforçando o caráter doméstico e humanizado da edificação.

Figura 38: Programa de Necessidades e pré-dimensionamento: 1 Pavimento

	PROGRAMA	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTOS	USUÁRIOS	PRÉ-DIMENS.
ÍNTIMO	BERÇÁRIO	1	Espaço destinado ao acolhimento de crianças de 0 a 2 anos	Berços, poltrona	6	30 m²
	DORMITÓRIOS	3	Espaço para repouso	Cama, guarda-roupa	4	30 m²
	I.S CRIANÇAS	3	Higienização pessoal e necessidades básicas	Vaso sanitário, pia, chuveiro, cuba	1	6 m²
	SUÍTE CUIDADORES	1	Espaço para repouso	Cama, guarda-roupa	2	35 m²
	LACTÁRIO	1	Espaço para preparo e higienização de mamadeiras	Pia, microondas, geladeira	3	12 m²
	FRALDÁRIO	1	Espaço para troca de fraudas	Pia, bancada. armário	3	7 m²
	AMAMENTAÇÃO	1	Espaço para amamentação	Poltronas, armário	4	7 m²
						TOTAL: 127 m² + 15% = 146,05 m²
SOCIAL	SOLÁRIO	1	Espaço para atividades sensoriais e terapêuticas	Bancos, vegetação	25	120 m²
						TOTAL: 120 m² + 15% = 138 m²
CIRCULAÇÃO SOCIAL	PLATAFORMA ELEVATÓRIA	1	-	-	-	3 m²
	ESCADA	1	-	-	-	8 m²
						TOTAL: 11 m² + 15% = 12,65 m²
						TOTAL GERAL: 296,70 m²

Fonte: Autor, 2025.

A organização do programa de necessidades reflete a intenção de criar um centro de acolhimento e desenvolvimento que seja funcional, acolhedor e integrado ao contexto urbano, unindo flexibilidade, permanência e integração social. Essa setorização em dois pavimentos foi pensada para atender de forma equilibrada às necessidades das crianças e da equipe técnica, garantindo conforto, segurança e eficiência nas rotinas diárias.

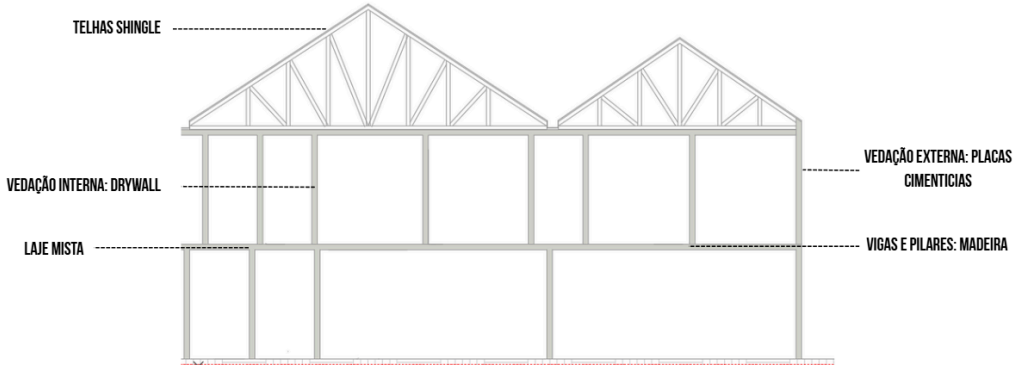
4.2 Sistema Construtivo

O sistema construtivo do projeto adota estrutura em *wood frame*, composta por pilares, vigas de madeira e laje mista. Essa escolha garante estabilidade, facilidade executiva e integração entre os elementos estruturais, mantendo o conjunto coerente e funcional. As vigas e pilares de madeira formam um sistema leve, sustentável e compatível com a proposta arquitetônica devido às boas propriedades físicas e à estética natural do material, enquanto a laje mista, combina concreto e estrutura metálica, unindo resistência e leveza em um único sistema.

Essa solução garante maior rigidez, rapidez construtiva e redução de peso, além de permitir vãos mais amplos e menor consumo de materiais. No projeto, ela se integra ao sistema *wood frame*, oferecendo uma base sólida e eficiente, com bom desempenho acústico

e térmico, contribuindo para o conforto e a sustentabilidade da edificação. A Figura 39 evidencia o corte esquemático do sistema construtivo.

Figura 39: Corte esquemático do sistema construtivo.



Fonte: Autor, 2025.

As vedações externas são compostas por placas cimentícias fixadas na estrutura em *wood frame*, garantindo resistência, durabilidade e bom desempenho térmico e acústico. O material também permite acabamentos variados, unindo funcionalidade, leveza e qualidade estética à edificação. Já as vedações internas utilizam o sistema *drywall*, formado por placas de gesso acartonado sobre estrutura metálica leve. Essa solução garante rapidez construtiva, facilidade de manutenção e bom isolamento acústico e térmico, oferecendo conforto e flexibilidade na organização dos ambientes de acolhimento infantil.

A cobertura será feita com telhas *shingle*, escolhidas por sua leveza, resistência e excelente desempenho térmico e acústico. Esse tipo de telha se adapta bem a coberturas inclinadas, garantindo vedação eficiente, fácil manutenção e longa durabilidade. Além do desempenho técnico, o material contribui para uma estética acolhedora e contemporânea, integrando-se de forma harmônica ao sistema *wood frame* e reforçando o conceito de arquitetura leve e sustentável proposto no projeto.

4.3 Intenções Projetuais

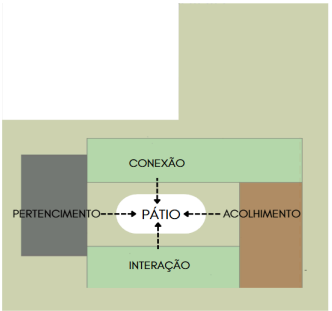
Com base nos objetivos iniciais e nas referências estudadas, definiram-se as intenções projetuais que orientarão o desenvolvimento do projeto, direcionando tanto as decisões de design quanto às soluções a serem implementadas, entre elas:

- Por meio da materialidade, o projeto busca estabelecer a relação entre as crianças e o material, estimulando a motricidade e o relaxamento;
- Conectar o interior com o exterior, fortalecendo o contato da criança com a natureza e com o entorno;
- Desenvolver um espaço arquitetônico que fortaleça o sentimento de pertencimento nos acolhidos, fazendo com que eles se sintam verdadeiramente em casa;
- Projetar espaços que incentivem a convivência entre crianças e adolescentes, oferecendo áreas voltadas ao lazer e à socialização;
- Essas intenções projetuais constituem diretrizes fundamentais para que o projeto responda de forma clara e eficaz às necessidades dos usuários.

4.4 Partido Arquitetônico

O partido arquitetônico adotado para o projeto tem como elemento central o pátio, que se configura como o núcleo organizador e articulador dos espaços. Mais do que uma solução formal, o pátio atua como eixo de integração entre os diferentes setores do centro, orientando os fluxos e promovendo uma leitura clara da espacialidade. A partir dele, estabelece-se a harmonia entre áreas funcionais e sociais, favorecendo a convivência e o acolhimento. Esse espaço aberto torna-se o ponto de convergência das relações de pertencimento, interação e cuidado, estruturando o edifício como um ambiente de vínculos afetivos e experiências compartilhadas, essenciais ao propósito institucional da proposta.

Figura 40: Partido arquitetônico



Fonte: Autor, 2025.

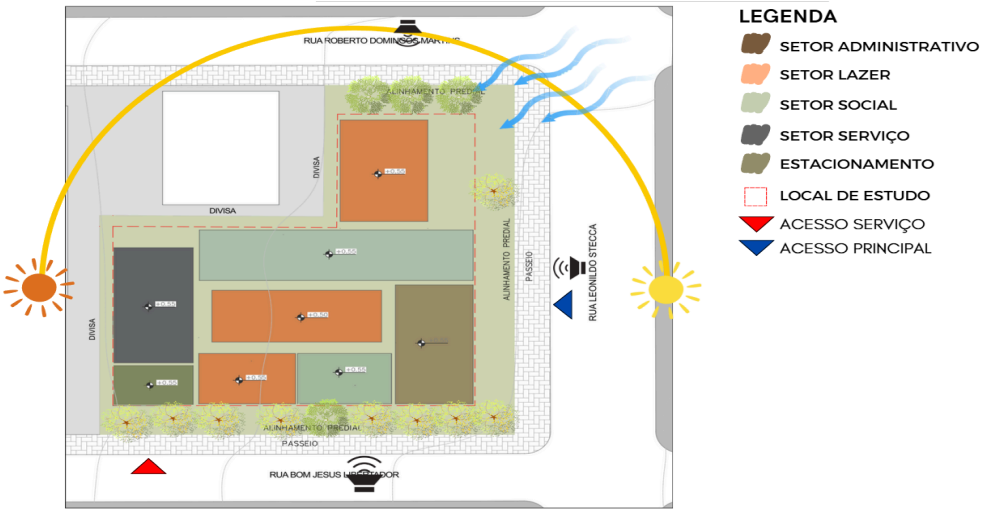
Situado no coração do edifício, o pátio atua como eixo integrador, conectando os setores administrativos, sociais, de lazer e de serviços, favorecendo visuais abertos, iluminação natural e ventilação cruzada. Sua presença constante garante segurança e proximidade, permitindo o acompanhamento das atividades sem limitar a liberdade das crianças. Assim, o pátio adquire papel simbólico e funcional, sendo o espaço que acolhe, conecta e humaniza, transformando o centro de acolhimento em um verdadeiro lugar de pertencimento e desenvolvimento afetivo.

4.5 Setorização

A setorização do projeto foi organizada em dois pavimentos, liberando o térreo para usos de lazer e integração social, de modo a favorecer a convivência, o contato visual com o pátio central e a aproximação entre os espaços de uso coletivo. Essa configuração permite que as áreas de maior movimento se mantenham acessíveis e abertas.

Os acessos foram definidos conforme os fluxos locais. A rua Leonildo Stecca, por concentrar o maior movimento de pedestres e veículos, foi destinada à entrada principal de pedestres, garantindo maior visibilidade e fácil acesso ao edifício. Já o acesso de serviço foi posicionado na Rua Bom Jesus Libertador, via de menor fluxo, evitando congestionamentos e facilitando o abastecimento do espaço. Dessa forma, o direcionamento dos usuários e das atividades operacionais ocorre de maneira mais organizada e funcional.

Figura 41: Setorização do térreo



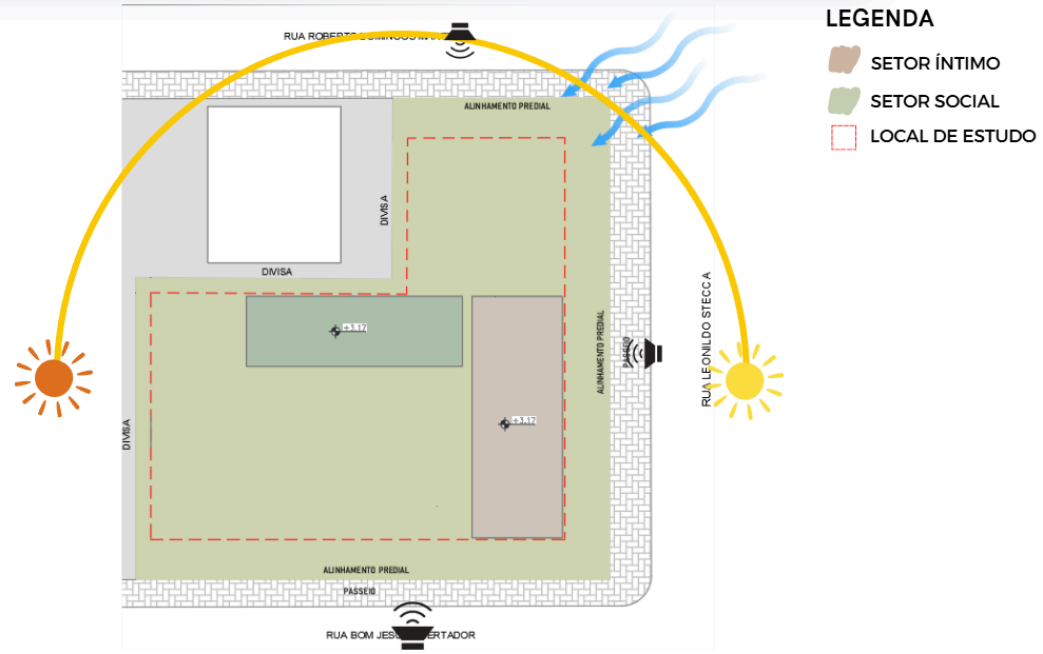
Fonte: Autor, 2025.

O setor de serviços foi implantado na parte posterior do terreno, reunindo ambientes como lavanderia, cozinha, despensa e área técnica. Essa disposição assegura eficiência nas

rotinas de apoio e separação adequada entre as áreas de convivência e de trabalho, mantendo o fluxo interno bem estruturado. O setor aproveita a luz solar no período da tarde, favorecendo a iluminação natural, a ventilação cruzada e a secagem dos ambientes, contribuindo com a higiene, conforto e o bem-estar dos usuários. Além disso, sua proximidade ao acesso de serviço e ao estacionamento facilita as atividades de manutenção e logística, sem interferir na rotina das crianças nem no uso do pátio central.

Já o setor administrativo foi implantado próximo ao acesso principal, localizado na rua Leonildo Stecca, onde garante visibilidade, controle e facilidade de acesso tanto para visitantes quanto para a equipe técnica. Sua posição estratégica permite monitorar o fluxo de entrada e saída do centro de acolhimento e desenvolvimento, assegurando maior segurança e organização no acolhimento dos usuários.

Figura 42: Setorização 1 Pavimento



Fonte: Autor, 2025.

Acima do térreo, o primeiro pavimento abriga o setor íntimo onde a estratégia foi elevá-lo, para garantir maior privacidade, segurança e tranquilidade aos ambientes de descanso, além de favorecer a ventilação e o aproveitamento visual do entorno. O pavimento ainda conta com um solário, ambiente aberto e protegido destinado à integração e ao contato com a luz natural, essencial para o bem-estar físico e emocional das crianças. Esse espaço foi

pensado de forma acolhedora, com áreas verdes e mobiliário adequado à faixa etária, reforçando a proposta de uma arquitetura humanizada e estimulante.

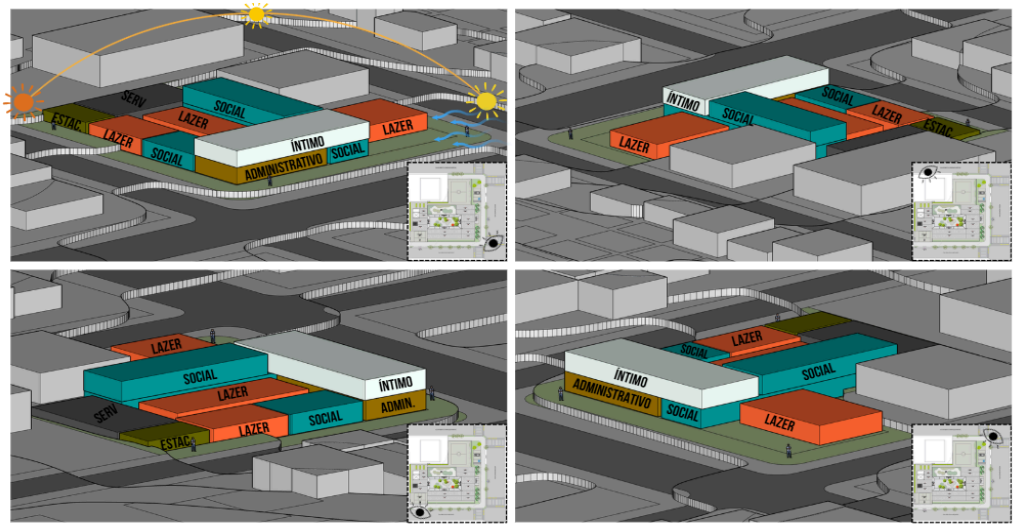
4.6 Plano Massa

O plano massa apresenta de forma clara a composição volumétrica do projeto, permitindo compreender como o edifício se relaciona com o entorno. Inserido em uma área marcada por construções de baixo porte, o centro de acolhimento e desenvolvimento foi implantado respeitando a escala das edificações vizinhas e a dinâmica do bairro, mantendo uma linguagem compatível com o ambiente ao redor. Essa atenção à escala humana reforça a intenção de criar um espaço acolhedor, acessível e integrado à comunidade, transmitindo proximidade e cuidado desde a implantação do conjunto arquitetônico.

Ademais, a edificação foi mantida em um único nível, o que permitiu organizar os setores de forma clara e próxima, facilitando a circulação das crianças entre as áreas de lazer, convivência, estudo, cuidado e apoio. Essa configuração reforça o papel do pátio, pois é a partir dele que se define a circulação e a disposição dos demais setores, transformando os espaços em lugares de encontro, brincadeira e permanência.

A Figura 43 mostra, em composição volumétrica, como funcionam a disposição dos ambientes, onde todo térreo foi destinado às áreas de lazer e convivência, além dos setores administrativos e de serviços.

Figura 43: Plano massa em perspectiva



Fonte: Autor, 2025.

Localizado acima do térreo, o primeiro pavimento é destinado às áreas íntimas – setor que demanda maior privacidade e cuidado – e abriga, além dos dormitórios e espaços de apoio, um amplo solário com áreas verdes e ambientes de permanência voltados ao bem-estar das crianças. A presença desses espaços reforça a importância do estudo do plano de massa na compreensão da relação entre o edifício e seu entorno, evidenciando como as condicionantes físicas, ambientais e urbanas influenciam diretamente nas decisões projetuais. Dessa forma, a análise volumétrica e espacial do conjunto edificado torna-se essencial para um desenvolvimento arquitetônico mais sensível, coerente e contextualizado.

5 PROJETO



IMPLANTAÇÃO E COBERTURA

ESC. 1:150

FACHADA RUA LEONILDO STECCA: PRINCIPAL



FACHADA RUA LEONILDO STECCA: PRINCIPAL



ESTACIONAMENTO: GENTILEZA URBANA



FACHADA RUA LEONILDO STECCA: PRINCIPAL



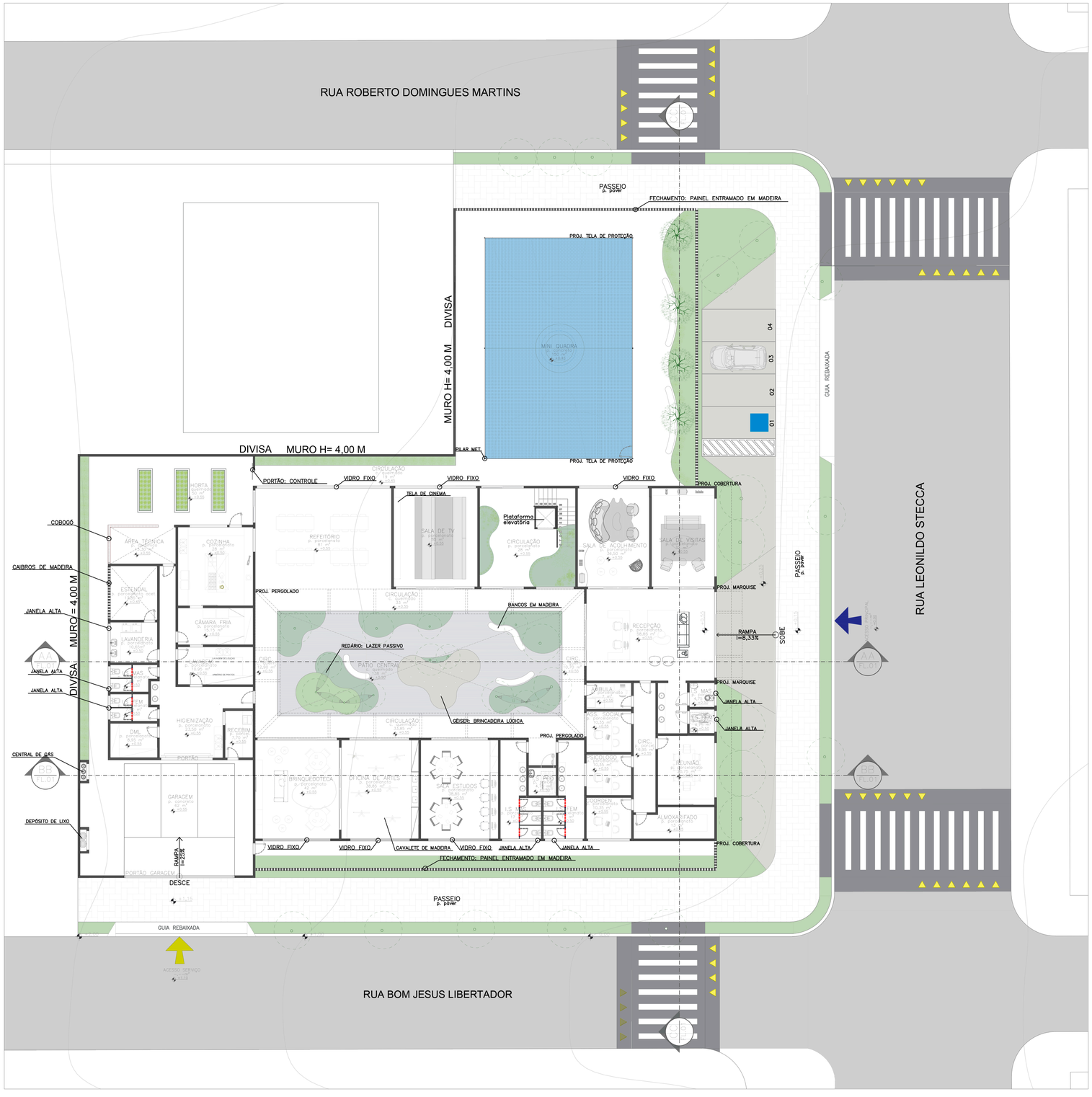
HABITARE
CENTRO DE ACOLHIMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA MENINOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

ACADÊMICO:
LEONARDO HENRIQUE SAITO DIAS

ORIENTADOR:
ME. CÉSAR AUGUSTO HOFFMANN

BANCA INTERNA:
DANIELE ENUMO

BANCA EXTERNA:
ANA PAULA T. GAVIOLI



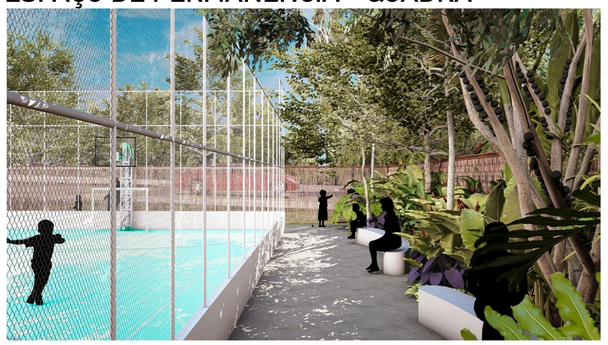
PLANTA BAIXA – TÉRREO

ESC. 1:150

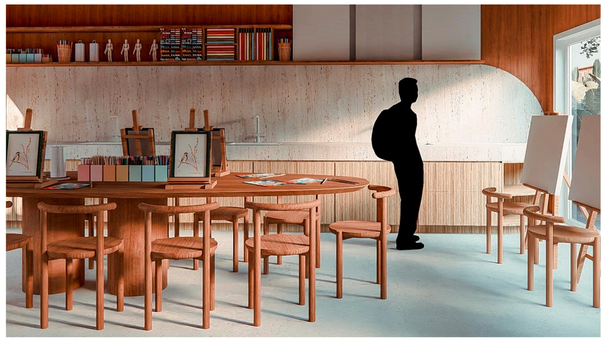
PÁTIO



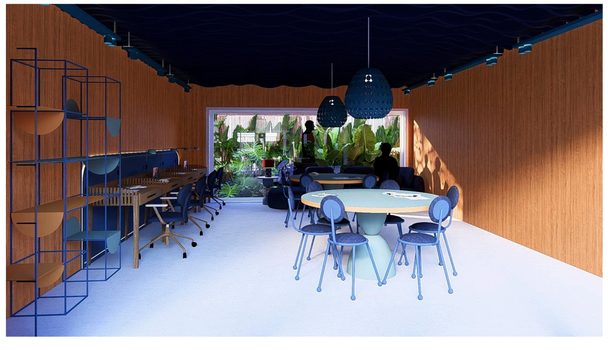
ESPAÇO DE PERMANÊNCIA - QUADRA



SALA DE ARTES



SALA DE ESTUDOS



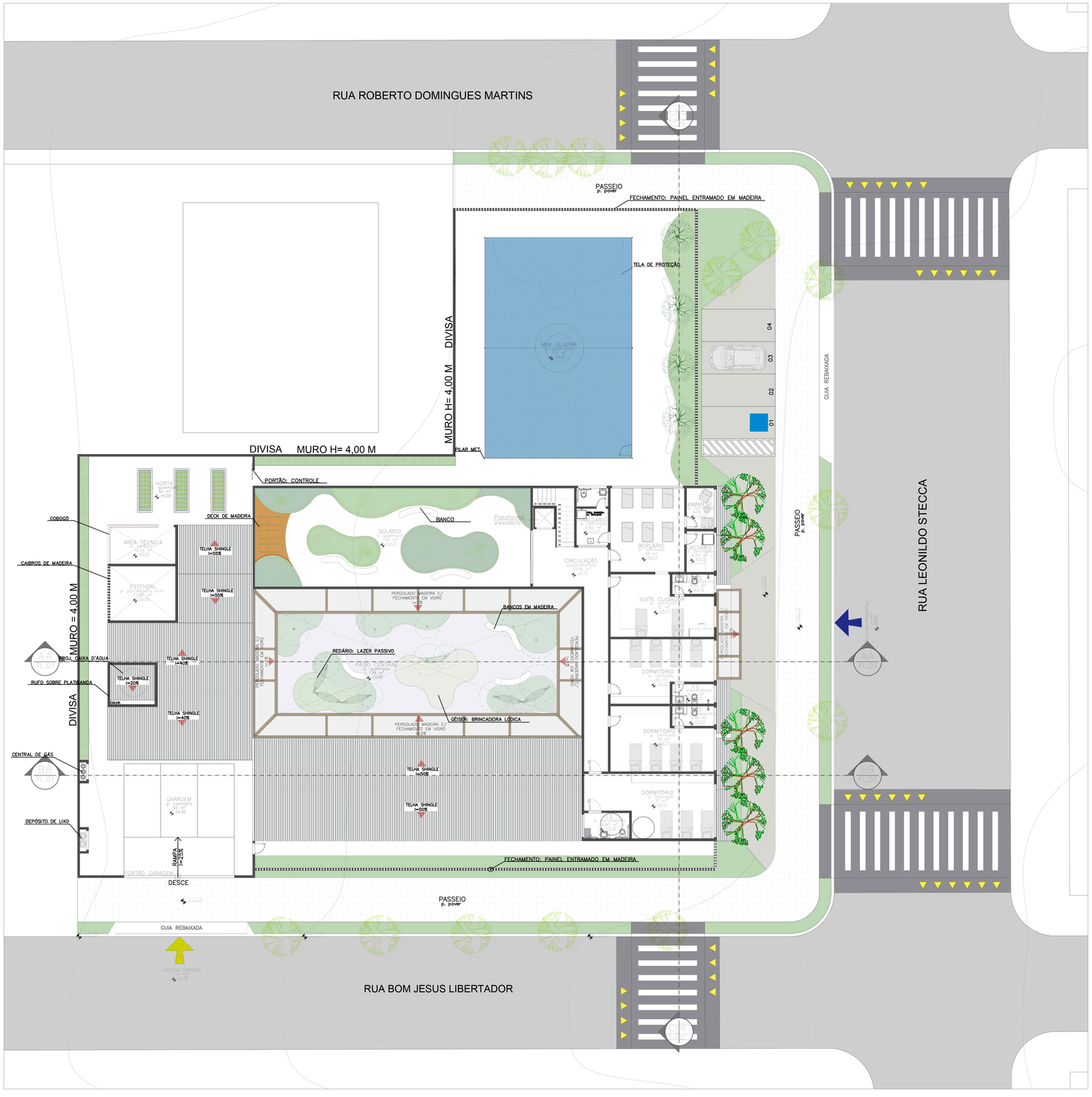
HABITARE
CENTRO DE ACOLHIMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA MENINOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

ACADÊMICO:
LEONARDO HENRIQUE SAITO DIAS

ORIENTADOR:
ME. CÉSAR AUGUSTO HOFFMANN

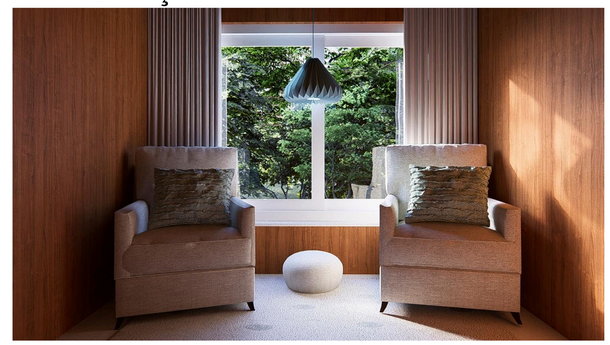
BANCA INTERNA:
DANIELE ENUMO

BANCA EXTERNA:
ANA PAULA T. GAVIOLI

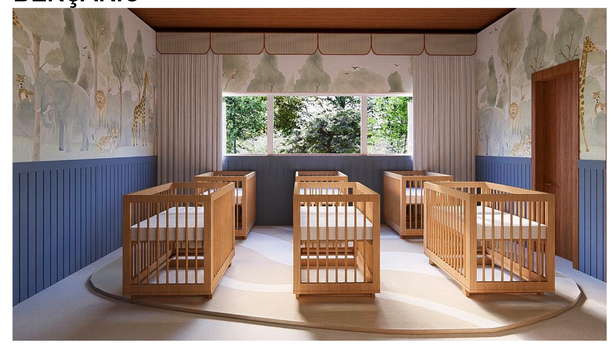


PLANTA BAIXA 1 PAV.
ESC. 1:150

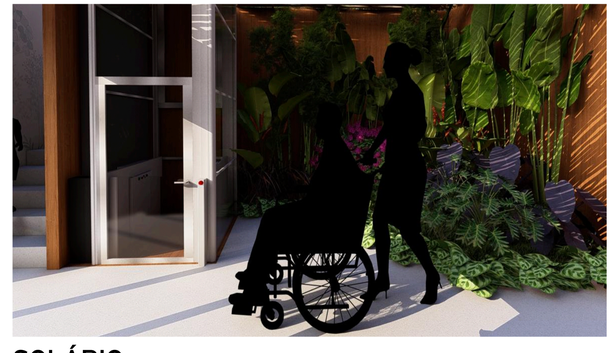
AMAMENTAÇÃO



BERÇARIO



PLATAFORMA ELEVADA



SOLÁRIO



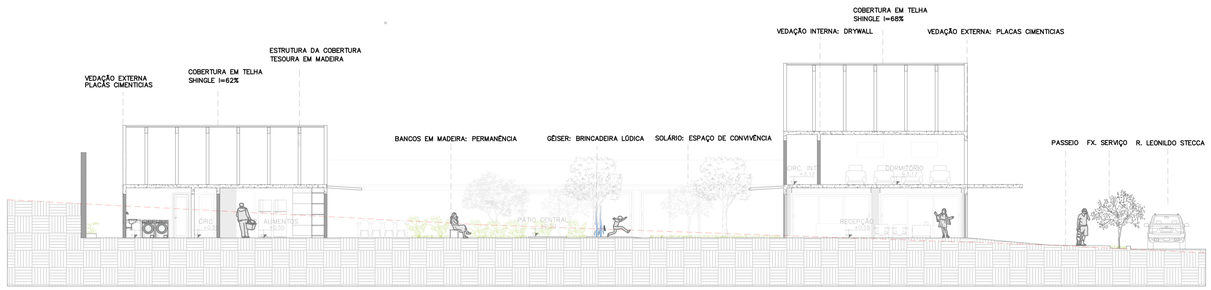
HABITARE
CENTRO DE ACOLHIMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA MENINOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

ACADÊMICO:
LEONARDO HENRIQUE SAITO DIAS

ORIENTADOR:
ME. CÉSAR AUGUSTO HOFFMANN

BANCA INTERNA:
DANIELE ENUMO

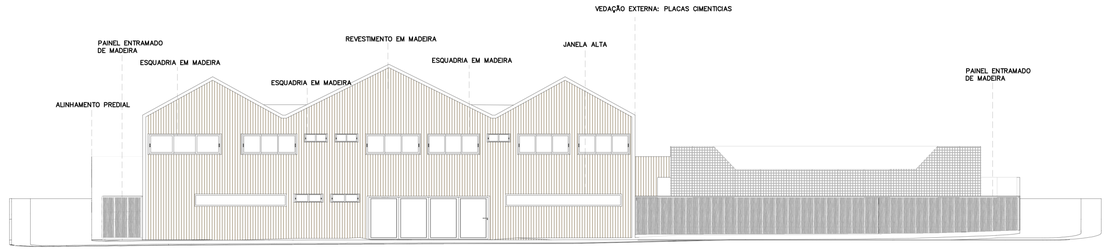
BANCA EXTERNA:
ANA PAULA T. GAVIOLI



CORTE AA

ESC. 1:150

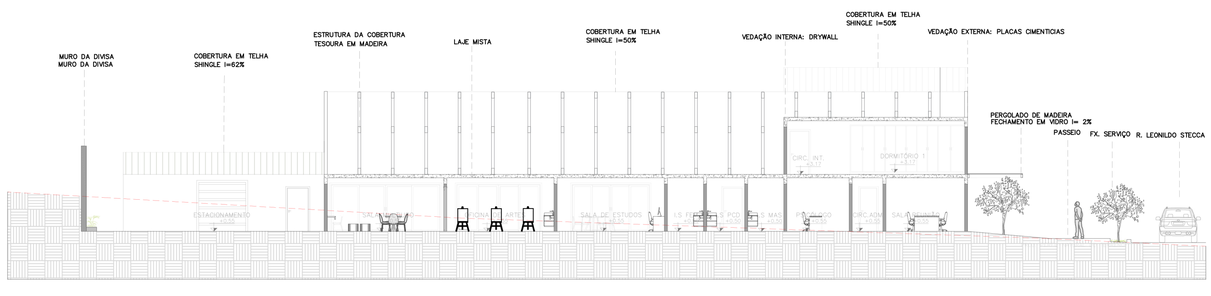
0 2,5 5 10



ELEVAÇÃO R. LEONILDO STECCA

1:150

0 2,5 5 10



CORTE BB

ESC. 1:150

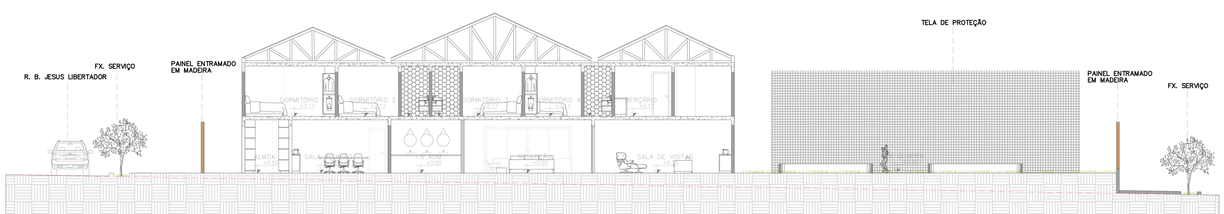
0 2,5 5 10



ELEVAÇÃO R. BOM JESUS LIBERTADOR

1:150

0 2,5 5 10



CORTE CC

ESC. 1:150

0 2,5 5 10

HABITARE

CENTRO DE ACOLHIMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA MENINOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

ACADÊMICO:
LEONARDO HENRIQUE SAITO DIAS

ORIENTADOR:
ME. CÉSAR AUGUSTO HOFFMANN

BANCA INTERNA:
DANIELE ENUMO

BANCA EXTERNA:
ANA PAULA T. GAVIOLI

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem por propósito delinear a proposta de um centro de acolhimento e desenvolvimento destinado a crianças em situação de abandono no município de Umuarama, concebido sob os pressupostos de uma arquitetura humanizada, apta a atender não somente às demandas funcionais do espaço, mas igualmente às necessidades emocionais, afetivas e psicológicas inerentes a esse público.

Para tanto, partiu-se do pressuposto de que o espaço construído desempenha um papel decisivo nos processos de acolhimento e desenvolvimento, influenciando de modo direto tanto as relações interpessoais quanto a constituição subjetiva dos indivíduos.

Nesse viés, a proposta arquitetônica orientou-se pela criação de ambientes que favoreçam a integração social, ao mesmo tempo em que garantam espaços de privacidade e individualidade, indispensáveis ao fortalecimento da autonomia. Dessa forma, buscou-se articular os aspectos técnicos e estéticos aos princípios de acolhimento, conforto e bem-estar, de modo a potencializar os processos de recuperação e promover o desenvolvimento integral das crianças atendidas.

Portanto, conclui-se que a arquitetura, quando concebida de maneira sensível e humanizada, torna-se um agente transformador capaz de impactar diretamente a trajetória de crianças em situação de vulnerabilidade. No Centro de Acolhimento e Desenvolvimento para Meninos, essa premissa se concretiza ao propor espaços que ultrapassam a função de abrigo e assumem papel ativo na reconstrução de vínculos, na promoção de autonomia e no fortalecimento do desenvolvimento integral.

A organização espacial, guiada pelo pátio central, favorece a convivência, a segurança e o sentimento de pertencimento, permitindo que cada ambiente contribua para a criação de uma rotina mais estável, afetiva e acolhedora. Assim, o projeto reafirma que equipamentos institucionais não devem ser apenas locais de passagem, mas territórios de cuidado e possibilidades — capazes de ressignificar experiências, restaurar dignidades e apoiar a construção de futuros mais justos, inclusivos e emancipadores para esses meninos.

REFERÊNCIAS

ALEPH ZERO. **Moradias Infantis.** Galeria da Arquitetura. Disponível em: https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/aleph-zero/moradias-infantis/4647. Acesso em: 5 maio 2025.

ARCHDAILY. **Casa de Acolhimento para Menores**. ArchDaily. 2014. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menorescebra?ad_medium=widget&ad_name=navigation-next. Acesso em: 5 maio 2025.

ARCHDAILY BRASIL. **Moradias Infantis / Rosenbaum® + Aleph Zero**. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero. Acesso em: 5 maio 2025.

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 70-75, 2003.

BERNARDI, Dayse CF. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de Covid-19**. São Paulo: NECA, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – Relatório** *2024*. Brasília: CNJ, 2024. Acesso em: 5 outubro 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, junho de 2009.

CALCING, Jordana; BENETTI, Silva Pereira da Cruz. **Caracterização da Saúde Mental em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional.** Psico, Porto Alegre, v.45, n4, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.4.13629/>. Acesso em: 5 setembro 2025.

CAMPOS, Márcia Cristina. Acolhimento institucional: entre a proteção e a violação de direitos. **Serviço Social em Debate,** v. 5, n. 1, 2022.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Subjetividades,** v. 7, n. 2, p. 329-352, 2007.

CEBRA. **Children's Home of the Future.** [S.l.]: CEBRA Architecture, 2014. Disponível em: https://cebraarchitecture.dk/project/future-childrens-home/. Acesso em: 5 maio 2025.

CEBRA; FROST, Mikkel. **Children's Home**. [S.l.]: Divisare, [2016]. Disponível em: https://divisare.com/projects/324910-cebra-mikkel-frost-cebra-childrens-home. Acesso em: 5 maio 2025.

CLIMATE DATA. **Temperatura, tempo e dados climatológicos Kerteminde 2022.** Disponível em:

<https://pt.climate-data.org/europa/dinamarca/dinamarca-do-sul/kerteminde-205890/>. Acesso em: 5 maio 2025.
DOMUS. ***The Children's Home.*** [S.l.]: Domus, 28 nov. 2014. Disponível em: https://www.domusweb.it/en/architecture/2014/11/28/the_children_s_home_.html. Acesso em: 5 maio 2025.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. Serviço Social & Sociedade,** p. 142-168, 2014.

FONSECA, Franciele Fagundes et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, p. 258-264, 2013.

JANCZURA, Rosane. Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 99-106, 2008.

MACEDO, Samara; VARGAS, Amanda Santos; ESPÍNDULA, Lidiane. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: a influência do espaço para o menor institucionalizado. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 7, 2021.

MEDEIROS, Daniele da Rocha et al. **Crianças institucionalizadas apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor?** 2015.

MOREIRA, Silmara. Neurociencia para arquitetura em abrigos institucionais**. Enaproc**, v. 1, n. 1, 2016.

MOURA, Poliana Barbosa Lima. **Lar temporário: diretrizes projetuais aplicáveis à Arquitetura em abrigos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.** [S.l.]: [s.n.], 2021. Disponível em: https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/lar-temporario-diretrizes-projetuais-aplicaveis-a-arquitetura-em-abrigos-para-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-autor-a-moura-poliana-barbosa-lima-.pdf. Acesso em: 05 out 2025.

NECA – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA, 2015. Disponível em: https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

PALMIERE, Camila; CASTELO BRANCO, Caio; ROCHA, Francisco; BRANCO, Camila; PERRONE, Rafael Antônio Cunha. **Moradas Infantis de Canuanã: diálogos entre a técnica e a natureza a partir da leitura de processo de projeto participativo**. 5% Arquitetura + Arte, São Paulo, ano 16, v. 01, n. 22, e189, p. 1–23, jul./dez. 2021. Disponível em:
https://revista5.arquitetonica.com/index.php/periodico-1/ciencias-sociais-aplicadas/385-moradas-infantis-de-canuana-dialogos-entre-a-tecnica-e-a-natureza-a-partir-da-leitura-de-processo-de-projeto-participativo
. Acesso em: 5 maio 2025.

PARRA, Ana Carolina de Oliveira; OLIVEIRA, Jaqueline Alves de; MATURANA, Ana Paula Moraes. O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco? **Psicologia em Revista,** Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 155-175, jan. 2019.

POLETTO, Michele. **Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.** 2007.

ROSENBAUM; ALEPH ZERO. Moradias estudantis, Formoso do Araguaia, TO. **Inova TS Engenharia**, [s. d.]. Disponível em: https://inovats.com.br/rosenbaum-e-aleph-zero-moradias-estudantis-formoso-do-araguaia-to/ . Acesso em: 5 maio 2025.

ROSENBAUM; ALEPH ZERO. Moradas Infantis. **Revista Projetos**, ano 17, n. 204.01, dez. 2017. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/17.204/6809 . Acesso em: 5 maio 2025.

ROSENBAUM. **Moradas Infantis Canuanã** – Fundação Bradesco. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: https://rosenbaum.com.br/escritorio/projetos/moradias-infantis-canuana/ . Acesso em: 5 maio 2025.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, p. 390-399, 2012.

SAVI, Aline Eyng. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais.** 301p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018.

TOMÁS, Débora Nogueira; VECTORE, Celia. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 576-587, 2012.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. **Conjuntura Social**, v. 4, p. 30-36, 2000.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.